

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANA ÂNGELA ARAÚJO BRAZ

**DESAFIOS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
RODRIGUES BRAZ**

JUIZ DE FORA
2014

ANA ÂNGELA ARAÚJO BRAZ

**DESAFIOS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
RODRIGUES BRAZ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^a. Dra. Beatriz de Basto Teixeira

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA ÂNGELA ARAÚJO BRAZ

DESAFIOS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RODRIGUES BRAZ

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Membro da banca - Orientadora

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, 26 de setembro de 2014

Dedico este trabalho ao meu esposo
Clenilton e às minhas filhas Íris e Liana,
pela compreensão, ajuda, paciência e
incentivo, colaboradores de cada
conquista. À minha filha Nina, que nasceu
prematuramente durante o mestrado e
nos deixou, meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção e por ter me possibilitado discernimento e firmeza nas horas difíceis, que foram muitas.

À Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) e à 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CREDE), por terem possibilitado esta oportunidade e por acreditarem no meu potencial.

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio e por entenderem minha ausência em momentos importantes.

Aos meus colegas de curso, especialmente os do Ceará, pela amizade e troca de experiências.

À Dalila, Edna e Christiane, colegas de mestrado e agora amigas, companheiras de momentos bem difíceis, mas também de grandes alegrias.

Aos coordenadores, professores e funcionários da escola profissional analisada, especialmente ao prof. Expedito Cordeiro, por contribuírem com profissionalismo para a concretização desta pesquisa e por terem disponibilizado, de bom grado, os documentos da escola para as investigações.

A todos os professores, tutores e funcionários do CAEd/PPGP, por me proporcionarem aprofundamento teórico, crescimento acadêmico e profissional.

À minha orientadora, Profa. Dra. Beatriz de Basto Teixeira, pelo acompanhamento firme, preciso e pelas orientações fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Às minhas suportes, Ana Paula de Melo Lima, pelo zelo, rigor, cuidado no acompanhamento desde a primeira escrita, que me possibilitaram condições para dar continuidade e à Amanda Quiossa, pelo acompanhamento dedicado na conclusão da escrita.

Educar é crescer. E crescer é viver.
Educação é assim, vida no sentido mais
autêntico da palavra.

Anísio Teixeira

RESUMO

A presente dissertação objetivou a elaboração de uma proposta de intervenção para contribuir na superação dos desafios de realização da integração curricular em uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) no estado do Ceará. Partiu-se de um caso de gestão e investigaram-se as condições de trabalho na escola para a proposição de alternativas à superação do problema. Esse recorte se justificou pelo fato de a autora deste trabalho fazer parte da equipe gestora da EEEP em questão e ter verificado que as dificuldades na realização de uma integração curricular sólida e bem estruturada pode se configurar como um dos entraves à aprendizagem dos alunos, tanto nas disciplinas obrigatórias da Base Nacional Comum, como nos cursos profissionalizantes. A fim de obter informações para descrever e analisar o caso, a investigação teve como metodologia o uso de entrevistas com roteiros semiestruturados e pesquisa documental. Ao final da descrição do caso, no capítulo 1, chegou-se à conclusão de que são dois os elementos centrais que influenciam na existência do problema: a organização e a distribuição de responsabilidades do trabalho da equipe gestora e o papel da gestão escolar na formação e no auxílio à atuação docente. No capítulo 2, o problema foi analisado, levando-se em consideração esses dois elementos. A análise foi feita a partir da perspectiva de alguns autores: Neves, para apresentar um histórico do Ensino Técnico e Educação Profissional no Brasil, Luck e Mintzberg, para falar de Gestão Escolar, Polon, para tratar do papel dos currículos nas escolas eficazes, e Lopes e Macedo, para abordar disciplinas e integração curricular. Desse modo, no capítulo 3, apresentou-se uma proposta de intervenção que consiste em ações para redefinir as atribuições da equipe gestora e organizar o seu trabalho, para que esta possa atuar na formação e no auxílio à atuação docente, através de formações colaborativas com foco na integração curricular. Essas proposições representam o esforço de contribuir para superar as dificuldades na execução de um currículo integrado na escola pesquisada.

Palavras-chave: Currículo. Integração Curricular. Educação Profissional.

ABSTRACT

The present work has for goal to develop a proposal intervention to contribute in overcoming the challenges of achieving the curricular integration in Escola Estadual de Educação Profissional (E.E.E.P.) - Professional Teaching State School in Ceará state. Starting from a management case was investigated working conditions in the school to propose alternatives to overcome the problem. This angle is justified by the fact that the author of this work do part of the management team (E.E.E.P.) and have found that the difficulties in achieving a solid and well structured curriculum integration can be configured as one of the barriers to students' learning, such as the compulsory subjects of the Common National Base, as in professional courses. In order to obtain information to describe and analyze the case, the investigation has as methodology the use of semi-structured roadmaps, interviews and documentary research. At the end of the case description, in Chapter 1, we conclude that there are two key factors which influence the existence of the problem: organization and distribution of work responsibilities of the management team and the role of school management in training and aid to teacher performance. In Chapter 2 the problem was analyzed taking into account these two elements. The analysis was conducted from the perspective of some authors: Neves to present a history of Technical and Professional Education in Brazil, Luck and Mintzberg to talk about School Management, Polon to treat about the role of curriculums in effective schools, Lopes and Macedo to aproach subjects and curricular integration. This way, in Chapter 3, we present a proposal intervention consisting in actions to redefine the management team obligations and organize their work so that it can act in training and aid to teacher performance through collaborative training focusing on the curricular integration. These propositions represent the effort to contribute and overcome difficulties in the implementation of an integrated curriculum in the watched school.

Keywords: Curriculum. Curricular Integration. Professional Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Composição dos departamentos e serviços que compõem a EEEP Rodrigues Braz	36
Quadro 02 Dados de empregabilidade da EEEP Rodrigues Braz.....	38
Quadro 03 Procura e oferta dos cursos na EEEP Rodrigues Braz.....	41
Quadro 04 Formas de integração do currículo	47
Quadro 05 Temas, possibilidades e infraestruturas do curso técnico de Enfermagem	51
Quadro 06 Temas, possibilidades e infraestruturas do curso técnico de Informática	52
Quadro 07 Curso técnico de nível médio em Enfermagem – 2013	55
Quadro 08 Curso técnico de nível médio em Informática – 2013.....	56
Quadro 09 Proposta da redefinição dos papéis da equipe gestora	68
Quadro 10 Proposta da agenda semanal da escola.....	70
Quadro 11 – Proposta da integração curricular para o curso de Enfermagem.....	74
Quadro 12 – Proposta da integração curricular para o curso de Informática	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Nível de Escolaridade do Corpo Docente da EEEP Rodrigues Braz	35
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEC – Conselho de Educação do Ceará

CENTEC – Centro de Ensino Tecnológico

COEDP – Coordenadoria de Educação Profissional

CREDE – Coordenadoria Regional de Educação do Estado

EEEP– Escola Estadual de Educação Profissional

EMI– Ensino Médio Integrado

ENEM– Exame Nacional do Ensino Médio

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC– Ministério da Educação

ONG – Organização não governamental

PA – Plano de Ação

PAE- Plano de Ação Educacional

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PPDT – Programa Projeto Diretor de Turma

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental

PROEP – Programa de Extensão da Educação Profissional

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC – Secretaria Estadual da Educação do Ceará

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SPAECE– Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará

TEO– Teoria Empresarial Odebrecht

TESE – Teoria Empresarial Sócio-Educacional

TD – Trabalho Dirigido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RODRIGUES BRAZ E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR	18
1.1 A Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil	20
1.2 A Política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará	
.....	25
1.3 O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na EEEP Rodrigues Braz	31
2. DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	40
2.1 Currículo integrado para uma formação integral	42
2.2 Organização curricular na Educação Profissional	49
2.3 Matrizes curriculares dos cursos de Enfermagem e Informática	53
2.3.1 Matrizes curriculares do curso de Enfermagem e Informática da EEEP Rodrigues Braz.....	54
2.3.2 Sujeitos da pesquisa	59
2.3.2.1 Concepções de currículo integrado	60
2.3.2.2 As vantagens e desvantagens do currículo integrado	61
2.3.2.3 Os principais entraves para a implementação do currículo integrado na escola	
.....	62
2.3.2.4 Forma como o currículo integrado acontece na escola	63
3- PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	65
3.1 1ª Etapa – Definição das ações para o núcleo gestor conduzir de forma mais segura e fundamentada a integração curricular na escola	67
3.1.1 Ação 1 – Distribuição das funções administrativas e pedagógicas	67
3.1.2 Ação 2 – Rotina da Agenda Mensal	69

3.2 2ª Etapa- Definição das ações junto aos professores para que eles possam planejar e desenvolver a integração curricular	73
3.2.1 Ação 1 – Planejamento de mecanismos de integração curricular entre os professores.....	73
3.2.2 Ação 2 – Instituição da formação colaborativa	77
3.2.3 Ação 3 – Avaliação e monitoramento da proposta de Intervenção	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICES	85

INTRODUÇÃO

Os desafios da implementação do currículo do Ensino Médio integrado à Educação Profissional em uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) no estado do Ceará foi o caso de gestão investigado e analisado por esta pesquisa. A unidade escolar em questão denomina-se Escola Estadual de Educacional Profissional Rodrigues Braz¹ e faz parte do grupo das 25 escolas pioneiras e experimentais do Estado do Ceará que implementaram, a partir do ano de 2008, o Ensino Médio profissional e em tempo integral.

A proposta das EEEP's é integrar o currículo do Ensino Médio às áreas técnicas, oferecendo aos discentes aulas e atividades em tempo integral, das 7 às 17 horas, de segunda a sexta-feira. Essa integração tem por intuito fazer com que o currículo garanta a formação básica, assim como o conhecimento profissional.

Embora a estrutura das EEEP's já tenha sido institucionalizada pelos decretos nº 5154/2004 e nº 5.840/2006, a integração curricular ainda não está totalmente estabelecida. Isso se constitui como um impedimento para a implementação do Ensino Médio integrado e sua oferta tanto para os adolescentes recém-concluintes do Ensino Fundamental e que ingressam no Ensino Médio, como para o público da Educação de Jovens e Adultos, como está disposto nos decretos mencionados.

O problema foi verificado através da investigação dos resultados dos alunos nas disciplinas técnicas de Enfermagem e Informática e nas disciplinas de Biologia, Inglês e Matemática. A investigação nos permitiu perceber que a deficiência de aprendizagem nas disciplinas técnicas coincidia com as disciplinas da base comum, que se fundamentavam nos mesmos componentes curriculares. Nesse sentido, a referida deficiência de aprendizagem traz implicações não só para o prosseguimento do Ensino Médio regular, mas também para o desenvolvimento das competências necessárias ao curso técnico profissionalizante.

Frente a essas questões, esta pesquisa tem como foco o seguinte problema: as dificuldades de integração curricular entre as disciplinas da base nacional comum e o eixo técnico na EEEP Rodrigues Braz. O interesse da pesquisadora por esse problema de pesquisa surgiu a partir de sua prática profissional como gestora desta

¹ Nome fictício utilizado para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos no contexto da pesquisa. Em todo o texto será utilizado o nome fictício da escola, inclusive nas referências bibliográficas.

EEEP no período correspondente a cinco anos, 2008 a 2013, sendo três, como coordenadora pedagógica, e dois, como diretora. Tendo feito parte da gestão, foi possível verificar as dificuldades vivenciadas pelos alunos, uma vez que tinham que trabalhar nas disciplinas profissionais, técnicas e práticas que necessitavam de conteúdos ainda não trabalhados pelas disciplinas da base comum. Também se constituía como problema a falta de orientação dos professores sobre como desenvolver a integração curricular. Esse contexto dificultava muito o trabalho pedagógico, assim como o crescimento na proficiência de aprendizagem dos educandos.

Como forma de contribuir para um melhor direcionamento do trabalho pedagógico e, conseqüentemente, da aprendizagem dos alunos, esta dissertação tem uma proposta de intervenção para buscar solucionar o problema das lacunas na efetivação da integração curricular entre a Educação Regular e a Educação Profissional.

Para a elaboração do plano de ação educacional, foi necessária a realização de uma pesquisa documental, por meio da qual foi possível conhecer o contexto da política educacional em questão. Foram pesquisados os seguintes documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação: Lei nº 9394/96; Decreto nº 2208/97; Decreto nº 5154/04; Decreto nº 6302/07; Decreto nº 6094/97; além de documentos publicados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que são: Lei nº 14273/08; Decreto nº 30865/12; Portaria nº 1033/12 – GAB. Tais documentos tratam da Educação Profissional em contexto nacional e estadual, o que permitiu descrever o processo de criação das EEEP do Ceará, bem como conhecer aspectos relevantes em relação ao funcionamento dessas escolas. Além destes, também foram consultados o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Ação (PA) e o Regimento Escolar da escola investigada. O caso de gestão foi descrito no capítulo 1 da dissertação. Para a descrição, foi feito o seguinte percurso: uma breve contextualização, em âmbito nacional, da política da Educação Profissional até a criação do Programa Brasil Profissionalizado. A partir dessa contextualização, foi apresentada a implementação das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, as orientações organizacionais que as norteiam e, por fim, a apresentação da escola investigada, EEEP Rodrigues Braz e como o problema da dificuldade da integração curricular surgiu no contexto pesquisado.

Para a descrição da realidade da escola e a trajetória da implementação do Ensino Médio integrado, foi necessário recorrer a algumas técnicas de pesquisa. Seu uso permitiu um melhor conhecimento dessa realidade e sua descrição como um caso de gestão. Foram aplicadas entrevistas aos três coordenadores do núcleo gestor e a oito professores da unidade escolar em questão. Com as entrevistas, buscou-se investigar a forma como as disciplinas são trabalhadas em sala de aula, qual a relação entre os professores, como os planejamentos acontecem e quais os direcionamentos e apoio oferecidos pela gestão para a prática docente.

Feita a investigação, que será descrita em todo o capítulo 1, partiu-se para a análise do problema, no capítulo 2. Para tanto, foram utilizadas as contribuições de autores que se dedicam ao tema, tais como: Lucia Maria Wanderley Neves (2008), para apresentar um histórico do Ensino Técnico e Educação Profissional no Brasil; Heloísa Lück (2008) e Henry Mintzberg (2010) para falar de gestão escolar; Thelma Lucia Pinto Polon (2011), para tratar do papel dos currículos nas escolas eficazes e Lopes e Macedo (2002), para abordar disciplinas e integração curricular.

No capítulo 2, foram analisados os elementos centrais que influenciam nas dificuldades da integração curricular na referida escola. A primeira seção, Currículo integrado para uma formação integral, analisa a importância do currículo integrado para essa modalidade de ensino. A segunda seção, Organização curricular na Educação Profissional, busca analisar possibilidades de organizar as matrizes, adequando-as à Educação Profissional de nível médio. A terceira seção, Matrizes curriculares da EEEP Rodrigues Braz, tem a função de verificar se as referidas matrizes se apresentam com uma estrutura integrada.

No capítulo 3, foi proposta uma intervenção a fim de contribuir para a superação das dificuldades na integração curricular da Escola Estadual de Educação Profissional Rodrigues Braz. Essa proposta é constituída de três etapas. A primeira é centrada em redefinir as atribuições da equipe gestora, para que ela possa desenvolver de forma mais precisa o acompanhamento pedagógico na escola. A segunda consiste na atuação da equipe gestora junto aos professores da instituição, propondo, além do acompanhamento, formação continuada com os docentes da escola, através da instituição de formação colaborativa. A terceira consiste na avaliação e monitoramento da proposta de intervenção. As ações propostas nas três etapas podem ser executadas pela escola através da reorganização do trabalho escolar.

A proposta de intervenção pretende reorganizar o trabalho da equipe gestora para que esta possa atuar de forma mais acertada junto aos professores da escola, no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes para que o problema da integração curricular possa ser superado na escola em estudo.

1. A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RODRIGUES BRAZ E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR

A Educação Profissional sempre foi alvo de discussões devido à classe social a que ela atendia. Anteriormente, oferecida como 2º grau, havia vários cursos, sendo que os mais comuns eram o curso Normal, destinado a formar professores, e o curso técnico em Contabilidade. Até o final do séc. XX rotulou-se que a Educação Profissional era destinada aos filhos das classes sociais menos favorecidas que concluíam o 2º grau e partiam em busca de trabalho. Enquanto isso, o ensino superior era privilégio dos filhos das elites. A dúvida estava na real função do currículo do nível técnico ou profissional: conteúdos para formar o cidadão ou simplesmente para inseri-lo no mercado de trabalho? Essas duas funções até hoje motivam debates (BRASIL. MEC. SETEC, 2007).

Entre os anos de 1968 a 1973, a Educação Profissional passa a ser mais valorizada e ocupa um papel fundamental pela necessidade de formação profissional dos trabalhadores no sentido de atender às exigências do mercado de trabalho. É nesse contexto que a lei nº 5.692/71 reconhece a Educação Profissional como parte integrante do Ensino Médio, de acordo com os objetivos e/ou necessidades dos estabelecimentos de ensino e do mercado de trabalho (BRASIL. MEC. SETEC, 2007).

Na lei nº 5.692/71 era estabelecido para o então 2º grau dupla função: a de preparar para o prosseguimento dos estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica. A referida lei tratou em seu texto da Educação Profissional apenas como o segundo grau profissionalizante. Com a lei nº 9394/96 uma alteração se dá, quando é determinado que a educação escolar e, conseqüentemente, o Ensino Médio deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (parágrafo 2º do Art. 1º).

A lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trata o tema da “Educação Profissional” em um capítulo especial, o Capítulo III do Título V, “Da Educação Profissional”, artigos 39 a 42. No artigo 39, a Educação Profissional é claramente caracterizada como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, com o objetivo de conduzir o cidadão a um permanente desenvolvimento “de aptidões para a vida produtiva” na sociedade do trabalho e do conhecimento (BRASIL. MEC. SETEC, 2007).

O Ensino Médio no artigo 35 da referida lei é caracterizado como “etapa final da Educação Básica”, com a finalidade de “consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluída a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (BRASIL. MEC. SETEC, 2007).

Mesmo com o fato de ter sido a Educação Profissional contemplada com um capítulo especial na nova LDB – Lei Federal nº 9.394/2006, esse avanço não tranquilizou os professores que se mostraram céticos em relação ao futuro dessa modalidade de ensino.

Logo que foi promulgada a nova LDB, o projeto de lei nº 1.603/96 buscou regulamentar os artigos 39 a 41 da lei, que tratam da Educação Profissional, assim como o parágrafo 2º do artigo 36 que trata do Ensino Médio. Rejeitado pela sociedade, o projeto de lei nº 1.603/96 foi retirado do Congresso Nacional e substituído pelo decreto nº 2.208/97, pondo fim à discussão referente a essa modalidade de ensino, regulamentando, então, a forma como a Educação Profissional deveria ser desenvolvida em nosso país.

Com a nova eleição presidencial, volta-se à discussão da separação entre a Educação Profissional e o Ensino Médio. Surge, então, a promessa de rever essa separação que nem sequer havia completado um período propício para uma avaliação do real valor de sua aplicabilidade ou não.

No campo educacional, tratava-se de, imediatamente – assim se expressava o projeto do candidato Lula – revogar o Decreto 2.208/97, uma espécie de ícone do caráter autoritário e mercantilista das reformas (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.12).

Alguns seminários e audiências públicas foram realizadas, minutas de um novo decreto foram discutidas e, finalmente, em 23 de julho de 2004, surge mais um decreto, de número 5.154, que revogava o decreto nº 2.208/97.

Com o Parecer do CNE/CEB nº 39/2004 em aplicação do decreto nº 5.154/2004 na educação, o Ensino Médio ganhou uma identidade própria e a Educação Profissional também. Não era mais possível colocar a Educação Profissional no lugar do Ensino Médio. Ela seria sempre uma possibilidade para o aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto (parágrafo único do artigo 39) e seria desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL. MEC. SETEC, 2007).

Sendo assim, a Educação Profissional não poderia substituir o Ensino Médio. Eles trabalhariam em regime de parceria, podendo ser realizados de forma concomitante, subsequente ou integrada. O preparo para o exercício de profissões técnicas no Ensino Médio só ocorreria desde que atendida à formação geral do educando (BRASIL. MEC. SETEC, 2007).

Esse novo enfoque para a Educação Profissional possibilitou a criação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI). No estado do Ceará, as primeiras escolas atendendo a esse novo modelo foram criadas em 2008, sendo a EEEP Rodrigues Braz uma delas.

1.1 A Política da Educação Profissional no Brasil

A Educação Profissional no Brasil manteve sempre uma relação com o Ensino Médio. Essa relação segue uma trajetória com características diferenciadas de acordo com a época.

Claúdio Moura e Castro, em seu artigo², “ Os pobres nos cursos técnicos ” (28 de julho de 2003) reflete sobre um levantamento da Fundação Paula Souza em cem (100) escolas técnicas do Estado de São Paulo. A pesquisa mostra que os estudantes que cursaram escolas técnicas no ano de 2003 são muito mais pobres do que os estudantes que cursavam essa modalidade de ensino no ano de 1995.

² O artigo : Os pobres nos cursos técnicos de Claúdio Moura e Castro pode ser acessado em: http://www.cmconsultoria.com.br/novo/iframe/ver_artigo.php?fonte=cm_news&codigo=4949

Ainda segundo o autor, alguns decretos contribuíram para uma mudança socioeconômica do público atendido. Antes, até 1995, os estudantes que procuravam as escolas profissionais eram de uma classe social média ou alta. Esses estudantes, geralmente, procuravam, sobretudo as escolas federais, não pelo ensino técnico, mas para se prepararem para o ensino superior, vez que essas escolas ofereciam um ensino de qualidade. Já a partir do argumento do Ministério da Educação de que a Educação Profissional brasileira, o antigo segundo grau, atendia a interesses elitistas, foi assinado o decreto nº 2.208 de 1997, que separou o Ensino Médio da educação técnica. Com isso, esta passou a receber mais alunos oriundos das classes mais baixas, afastando os alunos de classes sociais mais favorecidas, que poderiam ter outras perspectivas, uma vez que houve o empobrecimento dos currículos da Educação Profissional. O decreto adquiriu opositores em todo o país, que muito trabalharam para que ele fosse revogado. Em um outro tópico, voltaremos a tratar desse tema.

Segundo o Documento Base da Educação Profissional técnica integrada ao nível médio (2007), o decreto nº 2.208/97, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o Ensino Médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do Ensino Médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a concomitante ao Ensino Médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição ou em diferentes instituições. A outra forma é a sequencial, destinada a quem já concluiu o Ensino Médio e, portanto, após a educação básica.

Com a mudança, em parceria com o Banco Mundial, esse passou a participar das discussões, análises e decisões sobre o conteúdo a ser trabalhado na formação dos jovens, ou seja, sobre a matriz curricular da Educação Profissional (SALVADORI e MANCINI, 2007).

O PROEP estabeleceu parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O PROEP atuou muito na expansão de vagas do ensino técnico privado e também na criação de vagas públicas. Ao se propor a financiar entidades gerenciadas de forma comunitária, essas mais tarde foram incorporadas pela iniciativa privada (NEVES, 1999). Com a nova

medida de expansão de vagas técnicas para o ensino privado, houve um aumento significativo de escolas técnicas particulares. Isso se deve a dois motivos: instituição da lei federal nº 9.649, de 1998, que proíbe a criação de unidades da rede federal, a não ser em parcerias com o setor privado, estados, municípios ou Organizações Não Governamentais (ONGS) e as escolas do segmento comunitário que nunca funcionaram e nunca ofertaram a quantidade de vagas previstas pelo PROEP.

Apesar da crítica que merece essa lógica privatizante que transferiu grande parte do patrimônio público nacional à iniciativa privada a baixos custos, reconhece-se que a reforma da Educação Profissional e o PROEP foram extremamente coerentes com a lógica neoliberal que os patrocinou, já que estava muito claro, desde o início da parceria com o BID e FAT, que a intenção era aumentar o número de vagas de Educação Profissional para os trabalhadores, mas também para as instituições privadas (SALVADORI e MANCINI, 2007).

A função do PROEP para a rede federal era reestruturá-la desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias, na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional. Mediante projetos, essas instituições receberam aporte de recursos, com o objetivo de se reestruturarem a fim de assumir a nova função, ou seja, a de buscar arrecadação a partir da prestação de serviços à comunidade na perspectiva de aumentar sua capacidade de autofinanciamento e, dessa forma, o Estado gradativamente se eximiria do custo com sua manutenção (COLOMBO, 2008).

De acordo com Colombo (2008), no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Educação Profissional, pública e gratuita, voltada para o mundo do trabalho, foi prejudicada, tendo em vista que o governo estabeleceu uma matriz orçamentária que reduziu o valor da matrícula do ensino técnico e passou a estimular a iniciativa privada para assumi-lo, através do Programa de Educação Profissional, além do decreto nº 2208 de 1997 que, entre outras ações, buscava desarticular a Educação Profissional do ensino regular, criando uma dualidade na oferta (COLOMBO, 2008).

Na prática, sem experiência de oferta de Educação Profissional e sem conseguir cumprir as exigências do contrato, grande parte das escolas estaduais ou comunitárias financiadas pelo PROEP não alcançou a pretendida autonomia de gestão e menos ainda a independência de recursos do orçamento público para sua manutenção, acarretando a não oferta do percentual de vagas gratuitas previstas, abandono das

instalações, concluídas ou não, ou dos equipamentos ou funcionamento em estado precário (BRASIL, 2007c, p. 22).

Para Neves (2008), na prática, as medidas implementadas durante o governo de FHC favoreceram a “exclusão social”, já que a presença do aluno na escola, por si só, não é garantia de acesso ao conhecimento.

Segundo Castro (2003), outra causa do empobrecimento das escolas técnicas está na portaria nº 1732 do Ministério da Educação e Cultura (4 de julho de 2003), a qual interrompe, sem nenhuma explicação, as autorizações para abertura de cursos de tecnólogo. Sendo assim, os alunos dos cursos técnicos ficaram apenas com o nível médio, perdendo a oportunidade de um curso de nível superior na área, tecnólogo no caso, e, conseqüentemente, ganhando bem menos pelos serviços prestados.

Infelizmente, o ensino técnico é vítima de intermináveis diatribes ideológicas e doutrinárias, em que se discutem autores defuntos, alguns mortos antes da implantação da formação profissional nos países industrializados.(...) Como fez Juruna, representante da Força Sindical no Fórum Nacional (do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso), comemoremos a chegada da classe operária às escolas técnicas. Mas nos preocupamos com as políticas elitistas disfarçadas que, ao prometer uma miragem, acabam não oferecendo nada (CASTRO, 2003, p.02).

No período de transição para o mandato do governo federal de 2003, ocorreu muita discussão a respeito do decreto nº 2.208/97, em especial sobre a separação obrigatória entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Esse processo resultou em uma mobilização dos professores, sindicatos e pesquisadores. Assim sendo, durante o ano de 2003 até julho de 2004, houve grande efervescência nos debates em relação ao Ensino Médio e a Educação Profissional (SOUZA, 2005).

Foi a partir dessa convergência mínima entre os principais sujeitos envolvidos nessa discussão e uma realidade educacional brasileira em um momento de profunda crise do Ensino Médio que, em 2004, o decreto nº 5.154, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recompôs o ensino técnico, voltando a reuni-lo ao Ensino Médio, podendo ser cursado, segundo a legislação, de forma separada ou de forma conjunta (SOUZA, 2005).

Esse instrumento legal, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo decreto nº. 2.208/9, teve o grande mérito

de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional técnica de nível médio, agora, em uma perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica.

Em 2005, o projeto de lei complementar nº 70, alterou a lei nº 9.649/1998 e permitiu à União criar escolas técnicas e agrotécnicas federais e unidades descentralizadas.

Em 2007, o Governo Federal lançou o programa Brasil Profissionalizado com o objetivo de incentivar e fortalecer a oferta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, nas redes estaduais de ensino, através de assistência técnica e financeira para criação, modernização e expansão de suas redes, como forma de integrar o conhecimento do Ensino Médio ao mundo do trabalho.

O Programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de Ensino Médio integradas à Educação Profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p.108).

Nesse contexto, o decreto nº 6.094/2007 dispõe sobre a implementação do plano de metas compromisso todos pela educação, pela união federal, em regime de colaboração com municípios, distrito federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. O plano apresenta o Documento “Dez Causas, 26 Compromissos” nas 28 diretrizes que compõem o Decreto. Malini³ (2009), usando entrevista realizada em seu estudo, traz a informação de que o PDE traz, em sua redação, quase que a síntese desse documento, expressa nas cinco metas que têm como finalidade elevar a qualidade da educação do Brasil até setembro de 2022. Tais metas são: 1) toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2) toda criança plenamente alfabetizada até os oito anos; 3) todo aluno com aprendizado adequado à sua série; 4) todo o jovem com o Ensino Médio até os 19 anos e 5) investimento em educação ampliado e bem gerido.

³MALINI, Eduardo. O consenso como ponto de partida? uma análise dos papéis desempenhados pelos atores participantes na formulação do plano de desenvolvimento da educação. **Dissertação** Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009, 206 pag.

O Programa Brasil Profissionalizado, sendo uma das ações do PDE, é um processo de captação de recursos junto ao governo federal, que se inicia com a elaboração de um diagnóstico situacional da rede escolar e da oferta de Educação Profissional por uma equipe local composta por gestores, técnicos, representantes dos professores, dos alunos e profissionais da educação que atuam nessa etapa de ensino. Este possibilita a análise do sistema educacional em quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Para participar do programa, estados, municípios ou Distrito Federal, precisam ter assinado o Compromisso Todos pela Educação - decreto nº 6094/97⁴. Em seguida, formalizar, junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), sua intenção de participar do programa e elaborar um plano segundo as instruções do MEC para ser analisado pela SETEC. As propostas aprovadas são encaminhadas para celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ou caso necessitem de ajustes para atendimento via assistência técnica.

Assim, o Programa Brasil Profissionalizado é a principal fonte de financiamento externa para apoiar técnica e financeiramente as redes estaduais de ensino para o desenvolvimento e expansão da Educação Profissional e tecnológica.

1.2 A Política de Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará

As discussões sobre a Educação Profissional nos níveis básico e técnico, no estado do Ceará, estão embasadas em um âmbito mais complexo, que envolve a necessidade da implementação do projeto, o cenário em que as escolas se encontravam, o tipo de currículo a ser adotado, os cursos a serem oferecidos. Portanto, para entender melhor como foi esse processo de criação das EEEP's,

⁴Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

deveremos, inicialmente, entender algumas questões básicas que dão corpo aos estudos nesse campo.

Em 2007, com a mudança de governo, no Estado do Ceará, foi instituído um conjunto de políticas públicas com o propósito de “promover a economia para uma vida melhor, fundamentada na ética, na transparência e na participação social” (CEARÁ, 2008, p. 11). Para o cumprimento dessa missão, o governo cearense elegeu a educação como o elemento integrador de todas as políticas, compreendendo-a como o pilar de sustentação para as demais políticas sociais.

O contexto da educação cearense, em todos os níveis, apontava para um cenário que demandava uma reestruturação urgente, tanto em relação aos indicadores educacionais como no que é concernente à expansão e melhoria de sua infraestrutura.

No ano 2000, de acordo com dados do Portal Todos Pela Educação, o Ensino Médio no estado do Ceará registrou, na rede pública e na privada, uma taxa de escolarização líquida de 22,10%. Em 2006, essa taxa de atendimento era de 43,10%. Esses dados indicam que houve um acréscimo no número de alunos matriculados em idade adequada nesse nível de ensino (15 a 17 anos). Apesar dessa melhoria, o Ceará ficou abaixo da média nacional, que foi de 47,10% (CEARÁ, 2008).

Os resultados de escolarização líquida apresentados pelo Ensino Médio, no ano 2000, evidenciavam a necessidade de adoção de políticas públicas voltadas para a melhoria do acesso e da permanência dos alunos na escola, especialmente na rede pública estadual que, de acordo com dados da SEDUC, no ano de 2005, concentrava o atendimento desse nível de ensino em 526 estabelecimentos, de um total de 797 pertencentes à rede estadual (CEARÁ, 2008).

No cenário nacional surgia o Programa Brasil Profissionalizado. Uma parte considerável dos objetivos instituídos por esse programa visava sanar os problemas apresentados acima, que se apresentavam aos entes estaduais. O programa tem por base os avanços educacionais da rede de ensino local, diminuição dos indicadores sociais como desemprego, violência e índices de criminalidade. Uma vez concedido o financiamento, o programa estabelece metas de aprendizagem a serem atingidas (CEARÁ, 2008).

Dentro desse contexto, em 2008, o governo do Ceará, através da Secretaria da Educação Básica, passou a expandir a rede de atendimento de Educação Profissional e Tecnológica, através da oferta de Ensino Médio integrado à formação

profissional de nível técnico, como estratégia de melhoria da qualidade do Ensino Médio.

Oferecer o Ensino Médio de forma diversificada, objetivando sua integração às dimensões do trabalho, das ciências e da tecnologia e da continuidade nos estudos, era um dos pressupostos da política do MEC. Esta foi implementada através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política da Educação Profissional e Tecnológica em nível nacional. Uma das ações estratégicas desenvolvidas pela SETEC junto aos estados da federação foi a elaboração do Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica (CEARÁ, 2008).

Assim, o estado do Ceará elaborou o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica para o triênio 2008-2010, cuja meta era implementar, até o final do plano, a oferta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional em 50 unidades escolares.

Segundo dados do Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (2008-2010),

a despeito dos esforços empreendidos nos últimos anos, que resultaram na expansão do acesso e do nível de escolaridade da população cearense, ainda persistem grandes desafios a ser enfrentados para a melhoria dos indicadores educacionais do Ceará, onde a taxa de analfabetismo ainda é muito elevada, girando em torno de 24,8%, segundo dados do IBGE, representando um contingente de cerca de 1.258.108 cearenses com mais de 15 anos (CEARÁ, 2008, p. 11).

Nos anos anteriores a 2008, os resultados educacionais apresentavam-se insatisfatórios, principalmente em relação ao abandono que, em 2007, registrara taxa de 16,4%. Assim, tendo que elevar os indicadores educacionais no Ensino Médio e em conformidade com a legislação educacional vigente em nível federal e estadual, o governo do estado, com sua Secretaria de Educação, optou por criar o Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional, em tempo integral, com o objetivo de diversificar a oferta do Ensino Médio e oferecer maiores oportunidades à juventude.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico⁵ (PPP) das Escolas Estaduais de Educação Profissional, o EMI seria oferecido aos estudantes cearenses que tivessem concluído o Ensino Fundamental na rede pública ou particular de ensino. A articulação entre o Ensino Médio e o mundo do trabalho seria promovida pela oferta dessa etapa de ensino integrada à Educação Profissional com jornada de tempo integral (CEARÁ, 2008). A jornada de tempo integral contemplaria os turnos manhã e tarde, com 9 aulas diárias de segunda a sexta-feira, durante os 3 anos do Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

De acordo com o Regimento Escolar⁶ das Escolas Estaduais de Educação Profissional (2011), em seu art. 4º, a Escola de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional tem como proposta: I. garantia da qualidade do ensino e aprendizagem; II. ampliação das oportunidades oferecidas pela escola para apropriação do conhecimento historicamente produzido; III. gestão compartilhada como processo de construção do Projeto Pedagógico da Escola; IV. eficiência nos processos, métodos e nas técnicas de ensino e aprendizagem e eficácia nos resultados.

A proposta de tempo integral pretende favorecer a integração entre alunos, professores e gestores, garantindo aos alunos um ambiente favorável de aprendizagem, preparação para o exercício das profissões técnicas e atuação como cidadão. Nesse sentido, a proposta do EMI poderia contribuir, de maneira efetiva, para o aumento do rendimento escolar, melhorando, conseqüentemente, a qualidade da educação oferecida e ampliando a oferta de matrículas.

De acordo com o site oficial do Estado do Ceará⁷, a SEDUC iniciou sua oferta de EMI em 2008, com a implementação em 25 unidades da rede, oferecendo 04 cursos profissionais de nível técnico: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho, em 20 municípios, atendendo a 4.230 jovens. No ano de 2009, mais 26 escolas foram implementadas, com mais 8 novos cursos ofertados: Edificações, Comércio, Finanças, Produção de Moda, Estética, Massoterapia, Meio Ambiente, Aquicultura e Agroindústria, atendendo a mais 19 municípios, totalizando 12.015 alunos. Em 2010, com a criação de mais 8 novas escolas, a SEDUC atingia a

⁵A Secretaria de Educação do Estado do Ceará elaborou o Projeto Político Pedagógico, que norteia todas as Escolas Profissionais do Estado.

⁶Há um regimento escolar único para todas as Escolas Profissionais do Ceará, os quais podem sofrer pequenas modificações e adaptações por cada instituição.

⁷ Site oficial da Secretaria de Educação do Estado do Ceará: www.seduc.ce.gov.br

oferta de Educação Profissional para 19.355 estudantes em 42 municípios cearenses, perfazendo um total de 59 escolas, ultrapassando a meta prevista que era de 50 escolas. Em 2012, encontram-se funcionando 98 escolas de Educação Profissional, sendo que a meta, até o final de 2014, é de 140 escolas implementadas.

Cabe destacar que os cursos técnicos são escolhidos a partir das potencialidades econômicas e estruturais de cada região e do município onde a escola profissional está localizada, tendo por base os estudos realizados pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE).

De acordo com os Referenciais para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Estado do Ceará (CEARÁ, 2010), a proposta curricular das escolas de Educação Profissional tem seus pressupostos básicos pautados pela solidariedade, participação e equidade, com base nos valores da qualidade, ética, cidadania, eficiência, equidade, solidariedade e transparência.

Segundo a SEDUC (2010), a organização dos cursos é orientada por uma matriz curricular construída a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos de Educação Básica, que integram disciplinas das quatro áreas de conhecimento do Ensino Médio: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências Naturais e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias. Além disso, há as Atividades Complementares, que integram disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e para uma articulação entre esse e os conhecimentos acadêmicos e a Educação Profissional, que integra disciplinas específicas de cada curso.

A EEEP Rodrigues Braz, assim como as demais EEEP's, foi inspirada nas escolas em tempo integral de Pernambuco, sendo, por isso regida pela filosofia da Teoria Educacional Sócio-Empresarial (TESE), baseada na Teoria Odebrecht (TEO), a mesma utilizada em Pernambuco. A TESE trabalha com 5 premissas: protagonismo juvenil, formação continuada, atitude empresarial, corresponsabilidade e replicabilidade. Segundo essa filosofia, todos que trabalham na escola devem fazê-lo de forma alinhada e com a concepção de que todos são educadores: educadores docentes, educadores da portaria, educadores da limpeza, educadores da secretaria. Todos devem acreditar em “um novo jeito de ver, sentir e cuidar da juventude” (TESE, 2002, p.23).

As EEEP's iniciam seu processo de implementação com a escolha de quatro cursos técnicos que devem atender aos arranjos produtivos locais. Nesse processo,

estão envolvidos técnicos da SEDUC, núcleo gestor da escola, comunidade local, Secretaria de Educação e Ação Social do município.

Segundo o decreto nº 30865/ 2012, o núcleo gestor da escola é escolhido através de seleção pública para provimento do cargo. Após ser selecionado, o candidato a diretor é submetido a uma rigorosa seleção feita por uma equipe de psicólogos, composta por três momentos: (a) formação em grupo, (b) análise comportamental através de vivências e (c) entrevista. Sendo selecionado para o cargo, o diretor poderá escolher, no banco da primeira seleção, dois coordenadores para formar o núcleo gestor juntamente com ele. No terceiro ano de funcionamento de EEEP, o diretor terá o direito de escolher um terceiro coordenador, já que se amplia o número de alunos e dá-se início ao estágio supervisionado dos alunos, exigindo, assim, um coordenador específico para acompanhar todo o processo de captação de vagas de estágio, formação dos orientadores, apólices de seguro, contato com as unidades concedentes, frequência, bolsa-estágio e supervisão do desenvolvimento dos alunos.

Os professores que trabalham nas EEEP's, sejam efetivos do quadro estadual ou contratados temporariamente, passam por um processo de seleção para lecionar. De acordo com o artigo 2º da lei nº 14273 de 2008, que dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional, a constituição das suas equipes profissionais deverá ser regulamentada por decreto e será feita através de seleção pública, composta por exames de conhecimentos e comprovação de experiência, além de avaliações situacionais de competências específicas. O processo consiste, ainda, em uma formação na filosofia de gestão das EEEP's, entrevista e assinatura de concordância com as diretrizes desse modelo em tempo integral.

Como a procura é maior que a oferta nas EEEP's, há critérios de seleção dos alunos para ingressar na escola. A Secretaria de Educação regula esse processo através da portaria nº 1033/2012 – GAB. Para se inscrever no processo seletivo em uma das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, o aluno terá que ter comprovadamente concluído o 9º ano do Ensino Fundamental; ter total disponibilidade de segunda a sexta-feira para a jornada escolar integral das 7 horas às 17 horas; ter idade mínima de 14 anos e seis meses para os cursos na área da saúde ou 14 anos completos para os demais cursos no primeiro dia das atividades escolares, além de estar ciente e de acordo com as normas de funcionamento e oferta do curso profissional de sua opção (CEARÁ, 2012).

80% das vagas são oferecidas a alunos provenientes das escolas públicas e 20% a alunos vindos de escolas particulares. São selecionados de 40 a 45 alunos para cada uma das 4 turmas de 1º ano, dependendo da estrutura da escola. A escolha é pela média aritmética do rendimento escolar do 9º ano do Ensino Fundamental. O resultado da seleção é apresentado em ordem decrescente, estabelecendo-se uma lista de espera. Vale mencionar que algumas disciplinas são consideradas disciplinas contributivas, tendo peso dois na hora da soma. A identificação dessas disciplinas está presente na portaria de matrícula. Como exemplo, para o curso de Enfermagem, a disciplina de Ciências tem peso dois, para o curso de Informática, Inglês e Matemática têm peso dois.

1.3 O Ensino Médio integrado à Educação Profissional na EEEP Rodrigues Braz

Neste tópico, faremos uma abordagem geral sobre o Liceu de Sobral e o momento de sua mudança para uma escola de Educação Profissional em tempo integral. Veremos as demandas que a instituição teve que atender a partir dessa transformação, o momento de implementação dos cursos e a forma de adesão e seleção para trabalhar e estudar na referida escola. Nossa finalidade é a compreensão dos valores sociais, saberes, práticas e funcionamento da escola.

O Liceu de Sobral, criado em 2002, atendia a um público de Ensino Médio, com três turnos de funcionamento. Em 2008, com a resolução de criação de 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional no estado e sendo a cidade de Sobral escolhida para ser sede de uma dessas escolas, o Liceu, pela sua infraestrutura favorável e por já ser uma escola de referência, passou, a partir de agosto de 2008, a funcionar sob a perspectiva que rege as escolas estaduais de Educação Profissional, sendo denominada de Escola Estadual de Educação Profissional Rodrigues Braz. Inicialmente, a escola passou por um período de muitos desafios devido ao desconhecimento e à ausência de informações sobre as metodologias de ensino, para dar início a um projeto totalmente novo.

Nesse período, quando ocorria a implementação do Projeto de Ensino Médio integrado à Educação Profissional em tempo integral em 25 escolas do estado do Ceará, a EEEP Rodrigues Braz era uma dessas escolas. Um de seus grandes

desafios era trabalhar o currículo com perspectivas metodológicas integradas, que não fragmentassem os conteúdos ou os dividissem em disciplinas solitárias. Além disso, era preciso promover a conversa entre as disciplinas técnicas e as disciplinas comuns de um currículo regular e, ainda, valorizar as habilidades humanísticas, o desenvolvimento da ética e da cidadania. Posteriormente, apresentaremos de maneira mais detalhada o problema do currículo integrado.

Para um melhor entendimento do currículo da EEEP Rodrigues Braz, faremos a seguir uma apresentação da escola. Através do conhecimento que é permitido à autora, por meio do convívio e de vivências na região em que funciona a escola, é possível afirmar que a EEEP Rodrigues Braz traz, em seu entorno, pessoas com perfis socioeconômicos variados. Em uma região do bairro, estão localizadas residências de moradores com alto poder aquisitivo. Em outra parte, residem cidadãos e cidadãs que são, em sua grande maioria, operários de uma fábrica de calçados situada no bairro.

Por meio da consulta do documento de matrículas, ficou claro que a escola não atende apenas ao bairro em que é situada, recebendo alunos de todos os bairros da cidade, além de distritos e cidades vizinhas, como: Forquilha, Massapê, Meruoca, Groaíras, Patriarca, Cariré, Jordão, Meruoquinha e Caioca. A procura por vagas é enorme, sendo a demanda bem maior que a oferta.

A EEEP Rodrigues Braz⁸ conta com 12 salas de aula climatizadas e 8 laboratórios: Informática 1, Informática 2, Hardware, Enfermagem, Biologia, Física, Química e Matemática. Tem, também, biblioteca, sala de vídeo, rádio, secretaria, direção, coordenação, sala dos professores, auditório, academia, além de banheiros e salas de atendimento. Embora conte com uma estrutura bem ampla, seja arborizada, não possui quadra esportiva, o que gera uma grande insatisfação dos alunos.

As atividades práticas dos cursos são desenvolvidas em ambientes pedagógicos e nos laboratórios didáticos e técnicos específicos da escola, em empresas parceiras e em outras instituições, quando necessário, com vistas a garantir o bom andamento dos cursos.

A biblioteca, também conhecida como centro de multimeios, é coordenada por um profissional qualificado ou pedagoga com o auxílio de 2 professores readaptados

⁸ A descrição da escola é possível pelo fato de a autora conhecê-la devido ao cargo de gestão que exercera na escola como coordenadora escolar e diretora. As observações descritas têm, como fonte, a vivência da autora.

de função por problemas que os impedem de ministrar aulas. As atribuições desse profissional são: selecionar e indicar livros, revistas e outros materiais bibliográficos que devem ser adquiridos pela instituição; fomentar o interesse pela leitura; zelar pelo ambiente em que trabalha, tornando-o atrativo, assim como participar de projetos de leitura, reforço e nivelamento.

A escola dispõe de dez laboratórios, sendo um de Física, um de Química, um de Biologia e um de Matemática. Todos ficam sob a responsabilidade de um profissional da base comum, o professor laboratorista. A escola também oferece dois laboratórios de Informática, um de Enfermagem, um de Hardware, um de Massoterapia, um de Produção de áudio e vídeo que ficam à disposição dos alunos e professores. Sua organização e funcionamento são de responsabilidade dos professores, sob a supervisão dos coordenadores técnicos de cada curso.

Os estágios, que ocorrem no 3^a ano do Ensino Médio, são garantidos de acordo com a lei federal de estágios nº 11.788/08, de 26 de setembro de 2008, que regula as atividades de estágio em todo território nacional e pelo decreto estadual nº 29.704/09, de 08 de abril de 2009, que regulamenta o Programa de Estágio em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional destinado aos estudantes matriculados e com frequência efetiva em cursos regulares de instituições de educação superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, de educação especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Em relação à organização administrativa, conforme prevê o Regimento Escolar das Escolas Estaduais de Educação Profissional, em seu art. 5º, a EEEP Rodrigues Braz tem sua estrutura administrativa composta pelos seguintes departamentos e serviços: núcleo gestor, corpo docente, corpo discente, apoio administrativo, secretaria escolar, biblioteca, laboratórios, equipe de apoio e organismos colegiados.

O núcleo gestor da EEEP Rodrigues Braz é composto por quatro membros, uma diretora e três coordenadores pedagógicos. São servidores públicos concursados, assim como os professores. Para assumirem os cargos de direção e coordenação, foram submetidos e aprovados em seleção pública. Todos são graduados em cursos de licenciatura e têm especialização em gestão e avaliação. Os coordenadores trabalham com a dinâmica de divisão de funções, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola, havendo também as atividades em comum.

Para fins de esclarecimento, denominaremos os coordenadores de coordenador 1, coordenador 2, coordenador 3.

O coordenador 1, responsável por quatro turmas de 1º ano, área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias e Projeto Professor Diretor de Turma; coordenador 2, responsável por quatro turmas de 2º ano, área de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Projeto E - Jovem e preparação para o ENEM; coordenador 3, responsável por quatro turmas de 3º ano, área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias e Estágio Supervisionado. Todos têm como função a preparação para o ENEM, o controle da frequência e o zelo pela aprendizagem dos alunos.

Além dos 3 coordenadores pedagógicos que fazem parte do núcleo gestor, a escola dispõe de 5 coordenadores dos cursos técnicos, que são responsáveis, junto ao diretor, pela captação de vagas para o estágio e acompanhamento das turmas. São profissionais técnicos graduados, mas sem formação pedagógica. Há, na escola, 1 coordenador para os cursos de Informática e Redes de Computadores; 1 para o curso de Enfermagem; 1 para os cursos de Comércio e Logística, 1 para o curso de Massoterapia e 1 para o curso de Redes de Computadores.

O corpo docente da EEEP Rodrigues Braz é composto por sete professores efetivos da rede estadual, doze professores por contrato temporário e quatorze professores técnicos contratados pelo Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). Os professores passam por um processo de adesão no qual conhecem a filosofia da escola e se comprometem a aderir a ela. Todos os professores são graduados e participam de formação continuada e em serviço. 87,50% do corpo docente apresenta curso de pós-graduação, sendo que os outros 12,50% estão cursando-o. A seguir, na tabela 1, o nível de escolaridade do corpo docente.

Tabela 1 – Nível de Escolaridade do Corpo Docente- EEEP Rodrigues Braz

Escolaridade	Quantidade
Graduação	03
Especialização	27
Mestrado	02
Doutorado	01
TOTAL GERAL	33

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações concedidas pela EEEP Rodrigues Braz, 2013.

O apoio administrativo da escola é formado por dois profissionais com nível médio de instrução e um graduado. Dois atuam na secretaria, auxiliando na documentação, escrituração e informática. Outro profissional atua como agente administrativo, sendo responsável pela mecanografia, pelos trabalhos dirigidos(TDS), pela reprodução de avaliações e pela organização de material.

A secretaria escolar fica sob a responsabilidade de um profissional devidamente qualificado, com registro expedido pelo Conselho de Educação do Estado, a quem compete a responsabilidade de manuseio, atualização e guarda de toda escrituração escolar e arquivo relativo à vida escolar do aluno e funcional dos profissionais que atuaram ou atuam na escola.

A equipe de apoio é composta por profissionais auxiliares de serviços gerais, sendo quatro zeladores, responsáveis pela higienização de todos os ambientes da escola, dois porteiros que trabalham no turno diurno e fazem revezamento, um dia porteiro A, no outro dia porteiro B, sendo responsáveis pelo fluxo de entrada e saída da escola. A escola também dispõe de dois vigilantes armados que fazem revezamento e são responsáveis pela segurança da escola.

Conforme está descrito no Regimento Escolar, a Escola possui 6 organismos colegiados: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Congregação dos Professores, Unidade Executora, Grêmio Estudantil e Grupo de Protagonismo Juvenil.

O Conselho Escolar é formado por todos os segmentos educacionais através de eleição. Sua atribuição é acompanhar e participar da gestão escolar, inclusive nas decisões relacionadas à utilização dos recursos financeiros. A Unidade Executora é o organismo responsável pelo controle dos recursos federais, como os provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Para tanto, possui CNPJ, sendo formada através de assembleia e eleição, tendo seu próprio estatuto registrado em cartório. Participam da Unidade Executora membros de todos os segmentos, sendo o diretor membro nato da unidade da qual exerce a função de presidente.

O Conselho de Classe, conforme descrito no documento Orientações para o Programa Projeto Diretor de Turma (PPDT), é formado não só por professores, mas também por alunos líderes de turma e pais⁹ representantes de turma, assim como

⁹ Os líderes de sala e representantes dos pais são escolhidos através de eleição ou aclamação com seus pares.

núcleo gestor. Durante todo o ano, o Conselho de Classe se reúne cinco vezes, podendo haver encontros extraordinários, quando necessário. O conselho se reúne no início do ano letivo para tentar traçar um diagnóstico de cada turma e também ao final de cada período letivo para avaliar a evolução ou não de aprendizagem de cada turma.

A Congregação dos Professores, formada por todos os professores da escola, é responsável por decisões que representem a classe docente, como paralisações, reivindicações, projetos e propostas.

O Grêmio Estudantil, formado por alunos eleitos pelos votos dos colegas, é a representação legítima dos estudantes na unidade escolar. O Grupo de Protagonismo Juvenil é formado por alunos que desenvolvem ações de liderança e projetos tanto na EEEP Rodrigues Braz, como em outras escolas.

A EEEP Rodrigues Braz atende a 419 alunos, divididos em 12 turmas entre os 7 cursos técnicos (Enfermagem, Informática, Comércio, Logística, Redes de Computadores, Massoterapia e Produção de Áudio e Vídeo). O corpo discente da escola é bastante diversificado em seu perfil socioeconômico, de acordo com a ficha do perfil que é preenchida no ato da matrícula. 20% dos alunos são provenientes de escolas particulares e 80% de escolas públicas, seguindo a Portaria de Matrícula da Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, que a cada ano traz as diretrizes das ofertas de vagas, demanda a ser atendida e critérios de ingresso.

O quadro a seguir apresenta a composição de cada um dos departamentos e serviços da EEEP.

Quadro 1– Composição dos departamentos e serviços que compõem à EEEP Rodrigues Braz

Departamentos e Serviços	Composição/ Função
a) Núcleo gestor	Composto por 1 diretor-geral e 3 coordenadores escolares, responsáveis pela execução, coordenação e supervisão das atividades pedagógicas e administrativas.
b) Corpo docente	Constituído por 19 professores das disciplinas da base comum e diversificada e 14 professores das disciplinas técnicas, com experiência comprovada na área ou no conteúdo específico a ser ministrado, licenciados ou técnicos.

c) Apoio administrativo	Constituído de forma a atender às finalidades estabelecidas pela instituição, são desempenhados pelos funcionários subordinados à direção que ocupam os cargos de auxiliar de secretaria e agente administrativo. São 3 no total.
d) Secretaria escolar	A secretaria escolar fica sob a responsabilidade de um profissional qualificado a quem compete a execução das atividades de escrituração escolar, arquivo e expediente. A escola conta com 1 secretária escolar que tem, como principal função, a realização de atividades de apoio ao processo técnico-administrativo, em que se concentram as maiores responsabilidades relativas à vida escolar do aluno.
e) Biblioteca	Coordenada por 1 profissional qualificado, com o auxílio de 2 professores readaptados de função, tem como atribuições: selecionar e indicar livros, revistas e outros materiais bibliográficos que devem ser adquiridos pela instituição, fomentar o interesse pela leitura, zelar pelo ambiente em que trabalha.
f) Laboratórios	Compõem-se de 3 laboratórios de Ciências (Física, Química e Biologia), 1 de Matemática, 2 de Informática e os específicos para os cursos de Ensino Médio integrado à Educação Profissional (1 de Enfermagem, 1 de Hardware, 1 de Massoterapia, 1 de Produção de áudio e vídeo) que ficam à disposição dos alunos e professores.
g) Equipe de Apoio	Compõe-se dos profissionais auxiliares de serviços gerais (2 porteiros, 2 vigilantes e 4 zeladores), suas atividades se constituem um suporte necessário ao processo educativo.
h) Organismos Colegiados	A Escola possui 6 organismos colegiados: Congregação dos Professores, Conselho de Classe, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, Unidade Executora e Grupo de Protagonismo Juvenil.
i) Corpo discente	Constituído por todos os alunos regularmente matriculados nas séries do Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações concedidas pela EEEP Rodrigues Braz, 2013.

A escola já apresenta quatro ciclos de turmas concluídas, entendendo-se como ciclo os três anos do Ensino Médio. Os resultados de empregabilidade na área de formação são altos, de acordo com o acompanhamento interno feito pela escola trimestralmente. Existe um acordo entre alunos e escola, sendo mantido um canal de

informação por, no mínimo, três anos. Assim, os alunos mantêm a escola informada toda vez que são contratados para o desenvolvimento de atividades no mercado de trabalho. É mantido também um cadastro com endereço e contato telefônico atualizado, além de serem feitas trocas de informações pelas redes sociais. Quando o aluno não mantém contato, a escola busca esses resultados através de visitas domiciliares e redes sociais.

Acreditamos ser importante estudarmos esses dados para avaliarmos o perfil do corpo discente e a qualidade do currículo trabalhado. A empregabilidade a que nos referimos é na área de formação técnica do aluno. Abaixo, são trazidos dados de empregabilidade da conclusão dos cursos em 2010, 2011, 2012 e 2013. Vale lembrar que esses dados mudam constantemente, à medida que os egressos da escola são admitidos, demitidos ou desligados das empresas. Nesses dados de empregabilidade, também são considerados os alunos que aderem a um empreendimento particular como a abertura de microempresas, por exemplo.

Quadro 2 - Dados de Empregabilidade- EEEP Rodrigues Braz

Ano de Conclusão	Quantidade de Concludentes	Quantidade de alunos empregados	Percentual de empregabilidade na área de formação
2010	127	90	70,9 %
2011	114	89	78,1%
2012	121	102	84,3 %
2013	129	95	73,6 %

Fonte: EEEP RODRIGUES BRAZ, 2014.

Após estudarmos a trajetória da Educação Profissional no Brasil e as ações do Programa Brasil Profissionalizado no estado do Ceará, dando ênfase à criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional em tempo integral e, mais especificamente, a EEEP Rodrigues Braz, seguiremos para o 2º capítulo. No próximo capítulo será feita uma investigação sobre a aplicabilidade do currículo na EEEP Rodrigues Braz, com especial atenção para as dificuldades da integração curricular nos cursos de Ensino Médio integrados aos cursos técnicos de Enfermagem e de

Informática. Esses dois cursos foram escolhidos para estudo por terem sido oferecidos desde o primeiro ano de funcionamento e perdurarem até hoje. Além disso, eles são os cursos de maior procura e que registram o maior percentual de empregabilidade.

2. DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo descreveremos e analisaremos o processo de integração curricular que está sendo desenvolvido na EEEP Rodrigues Braz, por ser este o foco principal deste trabalho. Para tanto, abordaremos as orientações prescritas no documento base EMI (BRASIL- MEC - SETEC, 2007) para o currículo da Educação Profissional; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL- MEC, 2012); os dados coletados por meio de entrevistas, assim como um referencial teórico relacionado aos pontos aqui discutidos.

De acordo com as orientações prescritas no documento base para criação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional (BRASIL- MEC - SETEC, 2007), analisaremos princípios como a formação integral, a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a contextualidade, que contribuem efetivamente para a integração curricular.

Serão utilizados os estudos de Torres Santomé (1998), para discutirmos historicamente o desenvolvimento de formação do trabalhador brasileiro e os conhecimentos de Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), que apontam o currículo integrado como alternativa para que a Educação Profissional seja algo que vá além de uma preparação para o trabalho, propiciando uma formação que contemple não somente a aprendizagem de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências e habilidades que formarão um jovem cidadão que protagonize sua história.

Trabalharemos com os dados de onze entrevistas realizadas, tendo sido entrevistados: três componentes do núcleo gestor, um professor de Matemática dos cursos de Enfermagem e Informática, um professor de Português dos cursos de Enfermagem e Informática, dois professores das disciplinas técnicas de maior carga horária do curso de Informática, dois professores das disciplinas técnicas de maior carga horária do curso de Enfermagem, um professor de Biologia, disciplina contributiva do curso de Enfermagem, e um professor de Inglês, disciplina contributiva do curso de Informática.

Este capítulo será organizado a partir das seguintes seções: a primeira seção, Currículo integrado para uma formação integral, analisa a importância do currículo integrado para essa modalidade de ensino. A segunda seção, Organização curricular

na Educação Profissional, busca analisar possibilidades de organizar as matrizes, adequando-as à Educação Profissional de nível médio. A terceira seção, Matrizes curriculares da EEEP Rodrigues Braz, tem a função de verificar se as referidas matrizes se apresentam com uma estrutura integrada.

Cabe aqui lembrar que a EEEP em questão oferece o total de sete cursos. Entretanto, para que a pesquisa pudesse ser realizada a contento dentro do limitado período de tempo, optou-se pela análise da implementação curricular em apenas dois desses cursos, o curso de Enfermagem e o de curso de Informática. A escolha por esses cursos se deu por três motivos: maior número de alunos matriculados; cursos de maior procura; cursos que oferecem matrícula desde a implementação da EEEP em 2008.

Quadro 3 – Procura e oferta dos cursos da EEEP Rodrigues Braz

ALUNOS INSCRITOS para os 1º anos		<u>Enfermagem</u>	<u>Informática</u>	Comércio	Logística	Prod. em Áudio e Vídeo	Massoterapia
2008	230	129	101	----	----	-----	-----
2009	410	200	210	-----	-----	-----	-----
2010	468	180	180	108	-----	-----	-----
2011	545	201	212	74	58	-----	-----
2012	305	90	113	-----	-----	48	54
2013	310	104	90	-----	-----	50	66
2014	345	108	106	----	----	67	64
Alunos Matriculados nos 1º anos		<u>Enfermagem</u>	<u>Informática</u>	Comércio	Logística	Prod. em Áudio e Vídeo	Massoterapia
2008	230	129	101	----	----	-----	-----
2009	180	90	90 (2 turmas de	----	-----	-----	-----

			45 alunos)				
2010	160	40	80 (2 turmas de 40 alunos)	40	-----	-----	-----
2011	160	40	40	40	40	-----	-----
2012	160	40	40	-----	-----	40	40
2013	160	40	40	-----	-----	40	40
2014	160	40	40	----	----	40	40

Fonte: Secretaria da EEEP Rodrigues Braz

A respeito do quadro 3 (Procura e oferta dos cursos da EEEP Rodrigues Braz), é pertinente fazer algumas observações: os dados são referentes somente ao primeiro ano de ingresso no Ensino Médio integrado, já que não são abertas matrículas para os anos seguintes, dado que a matrícula efetuada já firma compromisso para os três anos; na data de criação, agosto de 2008, os alunos que ingressaram no EMI foram os que já estavam matriculados na escola; a partir de 2012, a procura por matrícula diminuiu porque a cidade recebeu mais uma EEEP e os alunos tiveram mais opção de escolha.

2.1 Currículo integrado para uma formação integral

Analisaremos a seguir alguns princípios da Educação Profissional apresentados pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio a fim de que, com base nesses princípios, possa-se entender a importância do currículo integrado para essa modalidade de ensino.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2012) tratam, em seu capítulo II, artigo 6º, dos princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, sendo eles:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,
- XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
- XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;
- XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;
- XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos

territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;
XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
(BRASIL, MEC, 2002, pags. 2 e 3)

Um desses princípios é a relação e a articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante. Para compreendermos as nuances desse princípio, precisamos entender o que se considera como formação integral.

Historicamente a formação do trabalhador era desenvolvida com base na divisão social do trabalho: a ação de pensar e a ação de executar. Desta forma era necessária uma formação para quem pensa, planeja e dirige, e outra, para quem executa (SANTOMÉ, 1998, p.102).

Sabe-se que, na atualidade, busca-se superar essa visão reducionista da formação do trabalhador, ensejando-se o domínio do conhecimento científico e do conhecimento técnico. É a partir dessa perspectiva que surge a ideia do currículo integrado que, segundo Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), busca superar a redução da preparação para o trabalho, garantindo ao adolescente o direito a uma formação para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão.

Tradicionalmente, o currículo foi pensado e estruturado de forma disciplinar, permitindo a fragmentação do conhecimento. Nesse modelo, os conteúdos são organizados isoladamente, separados uns dos outros, cada um em sua área, tendo como objetivos somente a apreensão dos conteúdos específicos de cada área. Assim sendo, a Matemática, a Língua Portuguesa, a História e as demais disciplinas são trabalhadas isoladamente.

Nessa lógica disciplinar, os conhecimentos são trabalhados compartimentalizados, descontextualizados da realidade social, podendo, assim, não corresponder aos interesses e necessidades dos estudantes. Com estrutura fechada, a matriz curricular não dá espaço para a interdisciplinaridade, para a relação entre os conteúdos, tampouco para outras formas de organização.

Como resultado desse modelo curricular, a formação do aluno pode se dar de modo fragmentado, pois não há interação entre os conteúdos da base comum e da

base técnica, ou mesmo entre conteúdos de quaisquer disciplinas. Cada disciplina tem seu fim imediato.

Em uma nova perspectiva, o currículo escolar é entendido não mais como um rol de conhecimentos pré-estabelecidos por diferentes disciplinas e presumivelmente indiscutíveis e imparciais, mas como uma escolha intencional de concepções de mundo, de valores e de homem, possibilitando selecionar práticas atendendo a interesses que devem ser explícitos e conscientes, conhecidos e selecionados por todo o grupo docente (APPLE BEANE, 1997).

Ainda segundo Lopes e Macedo (2002), a lógica de organização curricular sofre grande influência das práticas escolares, ou seja, é realmente na escola que há o desenvolvimento do currículo. A organização curricular por disciplinas isoladas e disciplinas integradas coexiste nas práticas educativas. Sendo assim, nem sempre podemos vê-las de formas tão distintas. Ainda que a organização por disciplinas seja a mais utilizada na história da organização curricular pelos sistemas educacionais e secretarias de educação, isso não significa que haja impedimento a uma integração.

Lopes e Macedo (2002) afirma que a integração curricular é complexa e composta por vários aspectos. Para compreendê-la, devemos ter clareza de quais princípios norteiam essa integração, a que finalidades educacionais a integração curricular está sendo submetida e, ainda mais, que um currículo integrado não é sinônimo de educação inovadora ou democrática, nem certeza de aprendizagem e sucesso educacional.

De acordo com o artigo “Integração curricular: a essência de uma escola democrática”, de James A. Beane (1997), integração curricular é uma concepção curricular que visa aumentar as possibilidades de integração individual e social, em torno de problemas e de questões significantes, identificadas em conjunto por educadores e jovens, sem considerar as fronteiras das disciplinas.

Segundo Lopes e Macedo (2002), nessa forma de integração curricular, a especialização das disciplinas está presente, ou seja, não significa a ausência da disciplinarização e do aprofundamento do conhecimento das disciplinas, mas o combate da fragmentação do conhecimento. Nessa perspectiva, os conteúdos de cada disciplina serão todos trabalhados, no entanto, a partir de uma interface entre uma disciplina e outra.

Nesse sentido, Lopes e Macedo (2002, p.196), consideram que,

[...] no atual desenvolvimento da ciência, a especialização redimensiona, mas não exclui a disciplinarização. Ou melhor, exclui a noção de disciplina como controle do conhecimento, limites rígidos e atemporais, e passa a estruturar a noção de disciplina como campos de saberes, áreas de estudos e conjuntos de problemas a serem investigados, que inter-relacionam aspectos das disciplinas tradicionais e outros sequer pensados tradicionalmente.

Ao tomar como referências os argumentos de Beane, (1995 *apud* LOPES, 2002, p.148-149), ao falar de currículo, percebemos que, apesar da inimizade entre integração e disciplinas escolares, foi assim que as propostas de integração aconteceram, sem mexer no ponto central, ou seja, as disciplinas continuaram do mesmo jeito. Para Lopes e Macedo (2002), a defesa do currículo integrado, ao longo da história do pensamento curricular, não se desenvolveu em sentido contrário à organização das disciplinas na escola.

Nessa perspectiva, para Lopes e Macedo (2002), integrar não é negar as disciplinas, mas buscar uma posição diferente do papel que o currículo apresentava antes, cumprir os conteúdos da disciplina somente. Contudo, segundo Pacheco (2008), trabalhar em uma dimensão do currículo integrado não pode ser configurada como uma moda pedagógica de inovação curricular, mas, antes, como uma forma de perseguir não só a melhoria da aprendizagem dos alunos, como também consolidar a função social da escola.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio orientam para o desenvolvimento de um modelo curricular que proporcione aos estudantes “diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação” (BRASIL. MEC, 2012).

Dessa forma, para se desenvolver uma formação integral, é necessário um currículo que atenda às necessidades de formação do estudante, por meio de um ensino contextualizado, globalizado, que contemple diferentes redes de conhecimentos existentes e necessários na sociedade atual. Por isso, a necessidade da construção do currículo integrado (BRASIL. MEC, 2012).

O currículo integrado possibilita o agrupamento do conhecimento escolar e o diálogo entre diferentes saberes e práticas educacionais desenvolvidas nas salas de aula. Ao proporcionar a integração dos conhecimentos, esse currículo contribui para a formação de sujeitos críticos capazes de compreender as implicações sociais,

econômicas e culturais da sua vida em sociedade. Compreende-se também que o conhecimento, a escola, a cultura e a política fazem parte de um contexto de um determinado momento histórico (SANTOMÉ, 1998).

Uma das características do currículo integrado é a flexibilidade de abordagem e a forma de integração. A flexibilidade possibilita à instituição acompanhar e atender às demandas tanto do mercado de trabalho como da sociedade, no sentido de que a flexibilidade implica a autonomia da instituição em relação ao desenho curricular mais adequado à realidade em que está inserida e concernente com o projeto político pedagógico. Além disso, o currículo flexível é espaço para inovações, atualizações e vivências de novas práticas.

A flexibilidade é também um dos princípios apresentados pelas diretrizes curriculares. Segundo o Parecer CNE/ CEB nº 16/99, flexibilidade é um princípio que se reflete na construção dos currículos em diferentes perspectivas: na oferta dos cursos, na organização dos conteúdos por disciplinas, etapas ou módulos, atividades nucleadoras, projetos, metodologias e gestão dos currículos.

Torres Santomé (1998) elenca algumas formas de integrar o currículo que descreveremos no quadro a seguir:

Quadro 4 – Formas de integração do currículo.

Integração através de temas, tópicos ou ideias	A organização é feita por temas ou tópicos que abriguem amplo corpo de conteúdos e atividades de diferentes áreas de conhecimento;
Integração correlacionando diversas disciplinas	Refere-se à integração entre as disciplinas, quando um conteúdo de determinada disciplina depende dos procedimentos de outra para ser entendido, por exemplo: para a aprendizagem de urgência e emergência, é necessário compreender os procedimentos aprendidos na Biologia;
Integração em torno de uma questão da vida prática e diária	Parte-se de problemas de diversas esferas do cotidiano com grandes implicações na vida em sociedade e integração a partir de temas e pesquisas

	decididos pelos estudantes, dentre outros.
--	--

Fonte: Torres Santomé, 1998

O desafio para a Educação Profissional técnica é realizar a integração entre os conhecimentos da área profissional e de formação geral (núcleo comum) desenvolvida pelo Ensino Médio, tendo como eixo o trabalho, a ciência e a cultura, conforme orientam as diretrizes curriculares. Com a integração, os conhecimentos devem ser garantidos na formação, já que são pressupostos para os futuros profissionais construir novos conhecimentos e novas condições de trabalho e de melhor condução para sua vida social.

Também é dado destaque pelas diretrizes curriculares à interdisciplinaridade, a qual se configura como princípio organizador da prática curricular. A interdisciplinaridade possibilita o diálogo entre os conhecimentos das diferentes disciplinas, contribuindo, assim, para a relação teoria e prática e para a realização de atividades diversas e criativas que proporcionem a exploração da potencialidade de cada conhecimento.

Acreditamos que a finalidade de um trabalho interdisciplinar é pôr um fim à fragmentação do conhecimento, que vem caracterizando a construção dos currículos há alguns períodos na história. Nesse sentido, Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005) colocam que a necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, uma e diversa. Portanto, acabar com a fragmentação não é negar a especificidade de cada disciplina, mas, antes, buscar entender as múltiplas determinações e mediações históricas que a constituem.

Fica claro que pensar e desenvolver um currículo integrado requer reflexão e vivência de alguns princípios das EEEP'S, como flexibilidade e corresponsabilidade. No entanto, é preciso também pensar no modelo de organização mais adequado, ou seja, a forma de integração mais adequada para a estrutura dessas escolas. Como em todo meio democrático, há divergências. Nesse caso, poderá haver divergência na maneira como realizar essa integração.

Assim, o movimento de integração curricular pode se dar em uma perspectiva democrática, através, por exemplo, do projeto político pedagógico da escola, do

regimento escolar, dos planos de cursos, das propostas pedagógicas e outros documentos construídos de forma mais participativa.

2.2 Organização curricular na Educação Profissional

Nesta seção, analisaremos as possibilidades de organização curricular para a Educação Profissional técnica de nível médio, tendo como parâmetros as orientações das diretrizes curriculares para essa modalidade de ensino.

O currículo da Educação Profissional do Ensino Médio tem como parâmetros os eixos tecnológicos, conforme orientações das diretrizes. Tal organização é baseada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos¹⁰ (CNCT), instituído pelo MEC, ou em mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)¹¹.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi organizado em treze grandes eixos, totalizando 220 cursos. Os eixos são: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Militar; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança. A relação dos eixos é atualizada anualmente pelo MEC (BRASIL, 2013).

O Catálogo Nacional tem por objetivo organizar os inúmeros cursos técnicos existentes no país, possibilitando um mínimo de controle em sua criação, em uma base mínima de carga horária, conteúdos a serem trabalhados, infraestrutura que deve ser utilizada e possibilidades de atuação. Os cursos técnicos só serão aprovados e legalizados, caso estejam de acordo com o Catálogo Nacional.

De acordo com as diretrizes, ao estruturar os cursos com base nos eixos citados, deve-se considerar a matriz tecnológica específica, ou seja, o conjunto das tecnologias correspondentes ao curso: métodos, técnicas e ferramentas.

Outro aspecto a considerar é o núcleo politécnico comum a cada eixo tecnológico, o qual corresponde ao corpo de conhecimentos que fundamentam e caracterizam o eixo: fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias.

¹⁰ Para conhecimento do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, acessar: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

¹¹ Para conhecimento do CBO, acessar: <http://www.mtecbo.gov.br>

Além disso, devem-se garantir os conhecimentos da educação básica. As disciplinas do núcleo comum: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Arte, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Física, Química, Biologia e demais disciplinas da parte diversificada são de fundamental importância e não podem ser subtraídas do currículo, tampouco podem ser substituídas ou minimizadas. As disciplinas técnicas não podem ser desenvolvidas em detrimento dos conhecimentos contemplados pela educação básica.

Neste ponto da argumentação, é necessário que a atenção se detenha sobre o eixo tecnológico, importante elemento de estruturação dos cursos técnicos. O eixo tecnológico é um mecanismo de caracterização, definido pelo MEC, resultante do agrupamento de cursos técnicos conforme suas características científicas e tecnológicas. Como resultado desse agrupamento, foram definidos 13 eixos tecnológicos que somam, ao todo, 220 possibilidades de oferta de cursos técnicos publicados no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

O eixo tecnológico pode ser entendido também como a linha central de estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica, que dá a direção para o seu projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo. Trata-se de uma nova proposta de organização da Educação Profissional e Tecnológica.

A legislação pertinente sobre os eixos tecnológicos e o CNCT é a seguinte: Portaria MEC nº 870, de 16/07/2008; Resolução CNE/CEB nº 03/2008, de 09/07/2008 e Parecer CNE/CEB nº 11/2008, de 12/06/2008.

Os eixos tecnológicos são organizados por grupos de ações científicas voltadas às atividades humanas, com bases tecnológicas semelhantes. Todos os cursos técnicos de Enfermagem oferecidos no país devem cumprir, no mínimo, a carga horária e os conteúdos estabelecidos nos eixos tecnológicos do catálogo nacional. No caso das escolas de Educação Profissional do Ceará, essa carga horária é superior ao que é exigido pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), já que a formação profissional no curso técnico de Enfermagem compreende uma carga horária de 1860 h/a e o CNCT só exige 1200 h/a. A formação profissional do curso técnico de Informática compreende uma carga horária de 1500 h/a, superior ao mínimo estabelecido pelo CNCT que é de 1000 h/a.

O curso técnico de Enfermagem faz parte do eixo tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança. O eixo tecnológico a que pertence o curso técnico de enfermagem estabelece que o curso atue na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença; colabore com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias; promova ações de orientação e preparo do paciente para exames; realize cuidados de enfermagem, tais como: curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais, dentre outros; preste assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos (BRASIL. MEC. PRONATEC).

Quadro 5 - Temas, possibilidades e infraestrutura do curso técnico de Enfermagem

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
• Processos saúde-doença e seus condicionantes • Políticas de saúde • Anatomia, Fisiologia, Nutrição, Farmacologia, Microbiologia e Parasitologia • Processo de trabalho, humanização, ética e legislação profissional • Fundamentos da Enfermagem • Enfermagem neonatológica, obstétrica, neuropsiquiátrica e UTI • Suporte básico à vida • Biossegurança	• Hospitais, clínicas e postos de saúde • Empresas e domicílios	• Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de anatomia humana • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório didático: unidades de enfermagem

Fonte: BRASIL-MEC-PRONATEC

O curso técnico de Informática faz parte do eixo tecnológico: Informação e Comunicação. Assim como o curso técnico de Enfermagem, o de Informática deve cumprir uma carga horária mínima estabelecida pelo CNCT, que deve ser de 1000 horas, como já foi citado acima. No entanto, trabalha-se com 1500 h/a e com os conteúdos estabelecidos nos eixos tecnológicos do catálogo nacional, que estão descritos no quadro 6 a seguir.

O eixo tecnológico a que pertence o curso técnico de Informática estabelece que o curso atue no desenvolvimento de programas de computador, seguindo as

especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação, utilize ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados, realize testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados e executem manutenção de programas de computadores implantados (BRASIL. MEC.PRONATEC).

Quadro 6 - Temas, possibilidades e infraestrutura do curso técnico de Informática

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
• Lógica e linguagens de programação • Sistemas operacionais • Hardware • Interpretação de especificações de sistemas computacionais • Banco de dados	• Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores	• Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de informática com programas específicos

Fonte: BRASIL. MEC. PRONATEC

De todo modo, o grande desafio que se coloca para o Ensino Médio integrado é fazer a articulação dessa formação técnica com a formação de caráter mais geral. Segundo Kuenzer (2006), os cursos de Educação Profissional técnica de nível médio têm como novidade a proposta de integração, institucionalizada em um único percurso pedagógico, de formação básica e Educação Profissional, com certificação. Esses programas são sustentados juridicamente, além da lei nº 9.394/96, pelo decreto nº. 5.154, de julho de 2004, que revogou o decreto nº. 2.208/97 e re-estabeleceu o Ensino Médio integrado como modalidade. Esse programa tem como característica a vinculação formal ao Sistema Nacional de Educação.

Contudo, essa vinculação não se constitui em integração entre educação básica e profissional, não ultrapassando o nível formal, uma vez que, como apontam Frigotto & Ciavatta (2005), o CNE, ao ratificar as diretrizes curriculares para o Ensino

Médio e para a Educação Profissional anteriores ao decreto nº 5.154/2004, referendou a independência entre formação média e profissional, que podem ser ministradas como partes autônomas, embora integrantes do mesmo curso. Essa diretriz põe em dúvida a possibilidade de integração, embora se mantenha a vinculação formal.

Acreditamos, porém, que, a partir do princípio da flexibilidade, a instituição poderá organizar o currículo por diferentes modelos: disciplina, componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos ou outros modelos, desde que considere os princípios da interdisciplinaridade, da contextualidade e da integração entre teoria e prática. A forma como o currículo é organizado, a integração entre os campos de conhecimento é que conduz o processo de ensino aprendizagem.

2.3 Matrizes curriculares da EEEP Rodrigues Braz

A partir de 2012¹², a Secretaria de Educação do Ceará passou a formalizar, de maneira mais estratégica, como deveria ocorrer a integração entre as disciplinas do currículo. A SEDUC, com uma equipe específica para currículo das escolas profissionais, planejou e desenvolveu oficinas para cada curso, a fim de deixar mais claro como, na prática, os componentes curriculares podem contribuir uns com os outros.

As oficinas foram trabalhadas com os técnicos da SEDUC e os coordenadores dos cursos técnicos das escolas. Foram três encontros nos quais realizaram-se o planejamento da proposta curricular do curso técnico e a definição do auxílio de que ela necessita de disciplinas da base nacional comum. Os participantes das oficinas ficaram com a missão de replicá-la nas escolas.

Segundo orientações da Secretaria de Educação, para o desenvolvimento do currículo integrado, é necessário trabalhar com os eixos cultura, ciência, arte e trabalho, perpassando em todas as disciplinas desenvolvidas, sejam base nacional comum, diversificada ou técnica (SEDUC, 2007).

Para a construção de um currículo integrado, é fundamental que se identifique, dentro da matriz curricular da base nacional comum, as disciplinas que

¹² Informações possíveis de serem informadas, pelo fato de a autora ter atuado na gestão da escola.

têm, em seu conteúdo programático, informações necessárias para compreensão e desenvolvimento de conteúdos de outra disciplina de determinada área técnica. Por exemplo, no desenvolvimento da disciplina técnica de Cuidados de Enfermagem à Mulher Adolescente, Adulta e Idosa e Cuidados de Enfermagem ao Homem Adolescente, Adulto e Idoso, é necessário conhecimento de anatomia, que é visto na disciplina de Biologia. É nesse momento que a Biologia organiza seus conteúdos para dar apoio à disciplina técnica. No meio educacional é atribuída à disciplina que organiza seu conteúdo vislumbrando o desenvolvimento da outra o nome de disciplina contributiva.

Podemos entender como disciplina contributiva a disciplina da base nacional comum que faz uma interface, vinculando, em seu conteúdo, requisitos para os conhecimentos das disciplinas técnicas. Através das orientações dadas pela SEDUC, especificamente pela Coordenadoria da Educação Profissional (COEDP), a análise das disciplinas contributivas se dá através da verificação dos conteúdos das disciplinas da base comum, conforme conteúdo programático e dos conteúdos das disciplinas técnicas, preenchendo-se, a partir dessa análise, o instrumento de identificação das disciplinas contributivas. Feita essa identificação, deve-se readequar conteúdo e carga horária ao processo formativo do aluno de acordo com os ciclos da formação: básico, intermediário e avançado e propor o planejamento das disciplinas contributivas, ou seja, disciplinas que deverão trabalhar conteúdos necessários para o desenvolvimento do curso técnico escolhido pelo aluno.

2.3.1 Matrizes curriculares do curso de Enfermagem e Informática da EEEP Rodrigues Braz

As matrizes curriculares das escolas estaduais de Educação Profissional são construídas por uma equipe da SEDUC, constituída por profissionais da área técnica e da área pedagógica, que compõem a célula de currículo, e alguns gestores de escolas, que são convidados para encontros específicos para esse fim. Uma vez construídas as matrizes, elas serão trabalhadas por todas as escolas.

A seguir, apresentaremos as matrizes dos cursos de Enfermagem e Informática, objetos do nosso estudo. A carga horária está distribuída por ano e cada ano por semestre (S) e total (T).

Quadro 7: CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM - 2013

COMPONENTES CURRICULARES/ANO		1º ANO				2º ANO				3º ANO				TOTAL
		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		
		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
DISCIPLINAS		S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
	Artes					1	20	1	20					40
	Língua Estrangeira: Inglês	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Língua Estrangeira: Espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Educação Física	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Matemática	4	80	4	80	3	60	3	60	2	40	2	40	360
	Biologia	2	40	3	60	2	40	3	60	3	60	2	40	300
	Física	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	Química	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
	SUBTOTAL		23	460	24	480	22	440	23	460	20	400	19	380
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Informática Básica	3	60	2	40									100
	Introdução à Profissão e Ética Profissional	3	60											60
	Processo Saúde e Doença	2	40											40
	Política de Saúde	2	40											40
	Promoção, Prevenção e Vigilância em Saúde	3	60											60
	Educação em Saúde			2	40									40
	Saúde e Segurança no Trabalho			3	60									60
	Organização de Serviços de Saúde em Redes e o trabalho em equipe de saúde			2	40									40
	Práticas Integrativas de Saúde e o Cuidado Biopsicossocial			2	40									40
	Cidadania, Ética e Bioética			1	20									20
	Cuidados de Enfermagem à Criança e ao Escolar					4	80							80
	Cuidados de Enfermagem à Mulher Adolescente, Adulta e Idosa					4	80							80
	Cuidados de Enfermagem ao Homem Adolescente, Adulto e Idoso					2	40							40
	Cuidados em Saúde Mental					2	40							40
	Cuidados a Pessoa com Doença Crônica					2	40							40
	Controle de Infecção Hospitalar					2	40							40
	Preparação de Pacientes para Realização de Exames							2	40					40
	Cuidados Clínicos ao Paciente em Unidade Hospitalar							5	100					100
	Cuidado Domiciliar							2	40					40
	Cuidados ao Paciente em Urgência e Emergência							5	100					100
	Cuidados ao Paciente Cirúrgico									4	80			80

	HTML/CSS			3	60									60
	Sistemas Operacionais					4	80							80
	P.O.O/JAVA					5	100							100
	Java Script/PHP					5	100							100
	Redes de Computadores							5	100					100
	Banco de Dados							5	100					100
	PHP/MySQL							5	100					100
	Laboratório Hardware									5	100			100
	Laboratório de Software									5	100			100
	Laboratório WEB									5	100			100
	Estágio Curricular											13	260	260
	SUBTOTAL	5	100	13	260	14	280	15	300	15	300	13	260	1500
PARTE DIVERSIFICADA	Horário e Estudo	4	80	1	20	3	60	1	20	3	60	3	60	300
	Projeto de Vida	3	60	3	60	2	40	2	40	2	40			240
	Empreendedorismo	2	40	2	40									80
	Formação para a Cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
	Inglês Técnico							3	60					60
	Projetos Interdisciplinares	3	60			3	60	1	20	4	80	1	20	240
	Mundo do Trabalho	2	40	1	20	1	20	1	20					100
	Estágio Curricular (Complementação)											7	140	140
	SUBTOTAL	15	300	8	160	10	200	9	180	10	200	12	240	1280
TOTAL GERAL		45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5400

Fonte: SEDUC, 2013.

Compõem a matriz curricular de cada curso: formação geral - constituída pelos componentes da base comum do Ensino Médio; formação profissional - formada pelos componentes do curso técnico e atividades complementares e parte diversificada. As matrizes são organizadas semestralmente com carga horária semanal de 45 aulas.

De acordo com as matrizes curriculares acima, a formação geral é constituída por: Língua Portuguesa, Artes, Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol, Educação Física, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Física e Química. São considerados componentes das atividades complementares que formam a parte diversificada: Horário de Estudo; Projeto de vida; Formação para a

cidadania; Temáticas, Práticas e Vivências; Mundo do Trabalho; Projetos Interdisciplinares e Estágio Supervisionado. A Educação Profissional possui componentes curriculares específicos de cada curso profissionalizante (SEDUC, 2012).

O Estágio Supervisionado é obrigatório para a conclusão do Ensino Médio integrado à Educação Profissional e deve ser cumprido pelo aluno no período previsto na matriz curricular do curso (SEDUC, 2010).

Cada curso possui matriz curricular específica, havendo diferenças no número de aulas dos componentes da formação geral, formação profissional e atividades complementares. Observando as matrizes curriculares acima, veremos que, em Enfermagem, a disciplina de Biologia é trabalhada em 300 h, mas, em Informática, apenas 240 h. A disciplina de Matemática é trabalhada em 360 h na Enfermagem e 420 h em Informática. Uma outra disciplina que apresenta diferença na carga horária é Inglês, que apresenta 120 h em Enfermagem e Informática. Contudo, nesse último curso citado, há um acréscimo de mais 100 h de inglês básico, específico para o curso. Essa diferença entre as disciplinas vem desde o ingresso do aluno na escola através da seleção. Como fora anteriormente explicitado, para ingresso no curso de Enfermagem, a disciplina de maior peso é Ciências. Já em Informática, Matemática e Inglês.

Embora, como apresentamos, a carga horária das disciplinas de Biologia e Matemática sejam diferentes nos dois cursos, na proposta pedagógica os objetivos são os mesmos. Ressalte-se ser preciso, no curso de Enfermagem, um aprofundamento maior dos conteúdos trabalhados na Biologia, havendo, inclusive, necessidade de ministrar a disciplina com uma sequência diferente da apresentada no livro didático, a fim de contribuir com a parte técnica do curso.

Abaixo, o objetivo da disciplina de Biologia, na proposta curricular dos dois cursos:

Desenvolver as competências relacionadas à apropriação de conhecimentos da Biologia e suas interações ou desdobramentos como formas indispensáveis de entender e significar o mundo de modo organizado e racional, contribuir para a compreensão do papel da ciência e da tecnologia na vida humana e social e gerar uma postura crítica e responsável em relação à natureza, à saúde e à vida de modo geral, de forma que o educando passe a perceber-se como parte deste complexo e possa posicionar-se diante de questões

políticas e sociais para cujo entendimento e solução a Biologia é uma referência relevante (SEDUC. PLANO DE CURSO BIOLOGIA, 2012).

O mesmo acontece com a disciplina de Inglês nos dois cursos. Vejamos:

Despertar um maior interesse da Língua inglesa tanto como idioma quanto em seu estilo cultural; a fim de que se possa perceber esse idioma como um forte aliado não apenas para a inserção no mercado de trabalho mas também em virtude de se assumir como um bom patriota capaz de absorver novas culturas e sem perder sua própria identidade cultural (SEDUC. PLANO DE CURSO DE INGLÊS, 2012).

A fim de contribuir, faço sugestões para melhorar a integração curricular. Como as disciplinas de Inglês e Matemática são disciplinas contributivas do curso técnico de Informática devem apresentar conteúdos específicos para esse curso, para que possam atender às competências inerentes à informática. O mesmo acontece com Biologia, que também deve apresentar programas diferentes para o curso técnico de Enfermagem. Os professores são os responsáveis por essa ação com o acompanhamento da coordenação pedagógica.

A EEEP Rodrigues Braz, por fazer parte de uma rede de ensino, entidade mantenedora do Estado do Ceará e obedecer a diretrizes estaduais, não tem autonomia para mudar a carga horária das matrizes curriculares dos cursos. No entanto, tem liberdade para realizar modificações na execução desse currículo, na forma como os conteúdos serão distribuídos e trabalhados e no desenvolvimento das competências inerentes a cada curso. Além disso, percebemos que as matrizes construídas apresentam muitas possibilidades dessa integração desejada, faltando, entretanto, orientação pedagógica para realizá-la com maior clareza e eficiência tanto pela gestão pedagógica da escola, assim como pelos professores.

2.3.2 Sujeitos da pesquisa

Nesta seção, serão trabalhados os dados das entrevistas feitas. Como fora anteriormente mencionado, foram realizadas onze entrevistas com: três componentes do núcleo gestor; um professor de Matemática dos cursos de Enfermagem e Informática; um professor de Português dos cursos de Enfermagem e Informática; dois professores das disciplinas técnicas de maior carga horária do curso de Informática; dois professores das disciplinas técnicas de maior carga horária do curso de Enfermagem; um professor de Biologia (disciplina contributiva do curso de

Enfermagem) e um professor de Inglês, (disciplina contributiva do curso de Informática). O objetivo dessa análise é buscar conhecer as opiniões dos sujeitos entrevistados sobre a integração curricular na EEEP Rodrigues Braz e identificar algumas dificuldades que possam enfrentar para realizá-la.

2.3.2.1 Concepção de currículo integrado

Nesta seção são apresentadas as falas dos sujeitos da pesquisa sobre a concepção de currículo integrado e suas vantagens. Para fins de esclarecimento, os gestores escolares foram denominados de coordenador 1, coordenador 2 e coordenador 3, conforme explicado no tópico 1.3. Já os demais entrevistados, que são professores e coordenadores de curso, foram denominados pela disciplina em que atuam a fim de garantir e preservar o sigilo sobre quem forneceu as informações.

Para o coordenador 2,

“Currículo integrado é aquele que trabalha com determinados conteúdos, atividades, competências e habilidades que tem relação entre si, mesmo sendo disciplinas de áreas diferentes. O referido coordenador 2 faz uma analogia matemática, definindo o currículo integrado como uma intersecção entre dois conjuntos.” (Coordenador Escolar 2. Entrevista realizada no dia 18/02/2014).

De acordo com a professora do curso de Enfermagem¹³, currículo integrado é o alinhamento das disciplinas técnicas com as disciplinas da base comum (Professora do curso de Enfermagem. Entrevista realizada no dia 14/02/2014).

Segundo o professor do curso de Informática, “currículo integrado é a maximização de aprendizagem dos alunos, trabalhando as disciplinas de forma contextualizada e unidas.” O professor vê muitas vantagens na integração, busca essa parceria com muitos professores e tem conseguido bons resultados (Professor do curso de Informática. Entrevista realizada no dia 10/02/2014).

A coordenadora escolar 1 define “currículo integrado como o planejamento conjunto da base técnica e base nacional comum a fim de construir uma transdisciplinaridade que favoreça a melhor formação do aluno” (Coordenador Escolar 1. Entrevista realizada no dia 08/02/2014).

¹³ Algumas falas não estão textuais, o entrevistado falou e a autora transformou com as suas palavras. As textuais estão diferenciadas pela maneira como são apresentadas, entre aspas.

Das entrevistas, podemos observar que todos buscam um entendimento sobre o que seja a integração curricular. Predomina a noção de integração como a junção de conteúdos e não propriamente como uma partilha de habilidades e ideias que podem ser absorvidas por todas as disciplinas. O coordenador 2 foi o que mais se aproximou em sua fala da formação de uma integração curricular na perspectiva de um planejamento colaborativo, onde um professor pode contribuir através de suas aulas com o conteúdo da aula de outro professor.

2.3.2.2 As vantagens e desvantagens do currículo integrado

Todos os entrevistados apresentaram vantagens da integração curricular. De acordo com a professora de Português entrevistada, é muito proveitoso trabalhar com a integração curricular, pois favorece uma melhor compreensão de cada turma. Adequar o conteúdo programático de acordo com o curso profissional escolhido pelo aluno não é tão difícil, segundo a professora. Uma grande vantagem é que a integração curricular permite que a disciplina de Português dê especial atenção à escrita do memorial e do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) que cada aluno tem que apresentar ao final do estágio supervisionado de seu curso técnico (Professora de Português. Entrevista realizada no dia 12/02/2014).

A integração curricular, de acordo com o coordenador escolar 1, possibilita o desenvolvimento de muitas potencialidades, como o alinhamento entre os professores e os alunos, que aprendem de maneira mais significativa, colocam em prática os conteúdos teóricos e veem os conteúdos de uma disciplina complementando os conteúdos de outra (Coordenador Escolar 1. Entrevista realizada no dia 08/02/2014).

De acordo com o professor de Matemática entrevistado, “a integração curricular tem permitido relacionar a Matemática com outras disciplinas, tanto da área de ciências naturais e suas tecnologias, como Biologia, Física e Química, assim como com interpretação textual e com disciplinas técnicas.” Especificamente para o curso de Informática, ele trabalha com lógica, que é extremamente necessária para os conteúdos de programação. Para o curso de Enfermagem, ele contribui com os cálculos de acompanhamento e controle de epidemias, cálculos de massa corporal, dosagem de medicamentos e outros (Professor de Matemática. Entrevista realizada no dia 10/02/2014).

A professora de Biologia planeja continuamente com os professores de Enfermagem, tendo, inclusive, reconstruído toda sua proposta curricular para o ano de 2014. Ela está fazendo uma proposta de conteúdos a serem trabalhados para cada curso. A professora afirma ter conseguido ótimos resultados, apesar de ter mais trabalho no planejamento das aulas. Para ela, é uma reconstrução de como trabalhar sem seguir sempre a sequência dos livros didáticos e manuais, quem tem surtido efeito (Professora de Biologia. Entrevista realizada no dia 11/02/2014).

A Secretaria de Educação do Estado define um perfil do aluno com as habilidades que devem ser desenvolvidas por cada curso técnico. Ou seja, até a conclusão do curso, o aluno deve ser capaz de realizar inúmeras funções que lhe foram atribuídas. Partindo desse perfil, o currículo integrado tem a missão de fazer com que as disciplinas do núcleo comum, parte diversificada e disciplinas profissionalizantes trabalhem as competências inerentes ao curso. Uma missão não muito fácil, segundo o professor de Matemática entrevistado, visto que, para atender às necessidades do curso técnico, acaba por prejudicar a sequência necessária de alguns conteúdos matemáticos. Como já foi citado acima, a despeito de ele buscar contribuir com alguns conteúdos, nem sempre isso é possível (Professor de Matemática. Entrevista realizada no dia 10/02/2014).

Os demais entrevistados não relacionaram desvantagens da integração curricular e, sim, entraves para que ela aconteça.

2.3.2.3 Os principais entraves para a implementação do currículo integrado na escola.

Segundo entrevista feita com o coordenador 3, quando da implementação da filosofia das escolas profissionais, embora tenham ocorrido alguns encaminhamentos por parte da Secretaria de Educação sobre integração curricular, cada escola realizou-a à sua maneira. Isso devido à condução dos encontros, que assim aconteciam: gestores e professores participavam de encontros na SEDUC para socialização do fazer pedagógico e da operacionalização do currículo e, depois, cada um desenvolvia seu trabalho na escola sem que houvesse um direcionamento comum em relação à integração curricular (Coordenador Escolar 3. Entrevista realizada no dia 08/02/2014).

De acordo com a coordenadora do curso de Enfermagem entrevistada, um grande problema é que as oficinas e encontros não acontecem mais na SEDUC. Ela assumiu a coordenação no final de 2012 e nunca participou de um encontro desse curso, pois a coordenadora anterior já havia participado. Apesar de tentar realizar de maneira bem participativa essa integração das disciplinas na escola, ela sente a necessidade de interagir com outras escolas de Educação Profissional (Professora do curso de Enfermagem. Entrevista realizada no dia 14/02/2014).

A professora de Inglês desenvolve um grande trabalho junto ao curso de Informática, mas relaciona como dificuldades a falta de envolvimento de todos os professores e de apostila específica para os alunos (Professora de Inglês. Entrevista realizada no dia 12/02/2014).

2.3.2.4 Forma como o currículo integrado acontece na escola.

Na jornada pedagógica¹⁴, a equipe de gestão da escola conduz, incentiva e promove estudo sobre integração curricular com os professores. Em seguida, os professores se reúnem para a construção da proposta curricular anual, tendo em mãos as matrizes curriculares e os conteúdos programáticos de cada disciplina. Essa ação foi citada por todos os entrevistados.

Semanalmente há encontro e estudo dos professores. Os professores da base comum têm 13 horas para planejamento e estudo. Assim, mantêm um estreito contato com o coordenador da área. Contudo, isso não ocorre com os professores das áreas técnicas que têm apenas 1 ou 2 horas para compartilhar e planejar com os demais. Além de terem menos aulas de planejamento, o horário de distribuição das aulas feito pela gestão da escola não possibilita que eles fiquem juntos um maior tempo. Para um dos professores entrevistados, entretanto, isso não tem sido um problema, vez que sempre tem encontrado um momento de trocar ideias com os demais (Professor do curso de Informática. Entrevista realizada no dia 10/02/2014).

Segundo o que foi pesquisado, a equipe pedagógica não disponibiliza de tempo suficiente para monitorar e sugerir maneiras que possibilitem a integração curricular de maneira mais eficiente. Um problema apresentado pelos professores nas

¹⁴ Em todas as escolas estaduais do Ceará, é realizada a jornada pedagógica, que é uma semana de preparação para o início do ano letivo. Todos os professores, gestores e funcionários da escola devem participar desse momento. As propostas curriculares e planejamento anual acontecem na jornada pedagógica.

entrevistas é o horário de planejamento da base comum e da técnica que não coincide. Cada curso técnico tem apenas uma hora de planejamento com o grupo da base comum, que é insuficiente, segundo os professores entrevistados. Nessa questão, é perceptível haver um problema de gerenciamento e planejamento do grupo gestor, já que é ele o responsável pela lotação e construção dos horários, estudos e alocações das aulas.

Pelas entrevistas realizadas, pode-se perceber que, de maneira incipiente, fruto de iniciativas pessoais, existe, na escola pesquisada, algumas ações que sugerem a existência de uma integração curricular. Contudo, esta se dá de maneira improvisada, sem um acompanhamento pedagógico adequado.

Assim, no capítulo subsequente, será apresentado um plano de intervenção, sugerindo ações que possam ser realizadas a fim de buscar solucionar a questão.

3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Este Plano de Ação Educacional tem como objetivo a elaboração de uma proposta de intervenção que ofereça subsídios para a execução de uma integração curricular da Escola Estadual de Educação Profissional Rodrigues Braz no estado do Ceará. Constitui-se um caso de gestão com estudo de possibilidades de ações que possam ser estabelecidas para superação do problema. Ao longo do primeiro capítulo, foi apresentada a Política da Educação Profissional no Brasil, a política do Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Estado do Ceará e, por fim, o processo de construção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na EEEP Rodrigues Braz.

No segundo capítulo, a partir das análises realizadas, foram encontradas evidências de que a integração curricular é desejada pelo núcleo gestor da escola e, especialmente, pelos professores das disciplinas técnicas. No entanto, os professores das disciplinas da base nacional comum encontram muitas dificuldades, sobretudo na sequência dos conteúdos e horários compatíveis de planejamento. Entretanto, já há um esboço, um início dessa integração curricular. Dessa forma, é preciso que a equipe gestora desenvolva ações que integrem o corpo docente, bem como toda comunidade escolar na perspectiva de construir uma unidade no desenvolvimento desse trabalho.

Sendo assim, este capítulo tem por objetivo propor uma intervenção que possa contribuir para a superação do problema da integração curricular da EEEP Rodrigues Braz. O plano propõe três etapas. A primeira delas se concentrará em definir ações para o núcleo gestor conduzir de forma mais segura e fundamentada a integração curricular na escola, função essa que deve ser compartilhada com os demais segmentos da escola. De acordo com a filosofia de gestão TESE, das EEEP's, o gestor educa pelo exemplo, é líder e garante os resultados, mas ao mesmo tempo, desenvolve uma gestão democrática e compartilhada.

Lück, falando sobre o papel do diretor escolar como líder, assim se manifesta:

O diretor escolar, portanto, é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada. Portanto, além do sentido abrangente, a gestão

escolar constitui, em caráter delimitado, a responsabilidade principal do diretor escolar, sendo inerente ao seu trabalho a responsabilidade maior por essa gestão (LÜCK, 2009, p. 23).

Mesmo considerando que existem atribuições próprias do diretor, ele precisa delegar algumas funções, porém de forma compartilhada. Essa delegação se dá entre os membros da equipe gestora. Nesse sentido, Luck (2008) destaca a importância de se estudar também o papel de outros profissionais da equipe gestora. Nesse sentido, esta primeira etapa de sugestões também se dirige à equipe gestora como um todo.

A segunda etapa consiste em definir ações junto aos professores para que eles possam planejar e desenvolver a integração curricular. O objetivo é organizar o trabalho da equipe gestora com os professores a fim de auxiliar a atuação docente, possibilitando ações que permitam desenvolver o currículo e o ensino de forma integrada, através da formação colaborativa e da avaliação e monitoramento das ações.

A terceira etapa propõe ações de acompanhamento da equipe gestora junto aos professores da escola com o intuito de verificar e auxiliar a atuação docente, propondo ações específicas, quando necessárias, para que estes possam melhorar suas práticas pedagógicas em sala de aula. Para Lück (2008), considerando a concepção de uma educação integral e a relevância do papel docente no processo educativo, devem ser dedicados investimentos especiais aos esforços de coordenar e assistir o trabalho do professor, buscando a promoção do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes desses profissionais, a fim de que sua atuação junto aos discentes vá se tornando cada vez mais eficaz.

Trata-se de uma proposta que deverá envolver todos os segmentos da escola, visto que a gestão escolar não se faz apenas com o núcleo gestor. A gestão escolar, segundo Lück (2009, p. 23), “engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola.” Em se tratando de uma gestão democrática, além dos citados, acrescenta-se a participação ativa de toda a comunidade escolar a fim de garantir qualidade para todos os alunos (LÜCK, 2009).

Ao mesmo tempo em que falamos que todos os segmentos têm que trabalhar harmoniosamente para que haja resultado na proposta de intervenção, não estamos

diminuindo o papel primordial do gestor, tendo em vista que a ele cabe o papel de conduzir, chamar e envolver os demais, o que Mintzberg (2010) chama de gestão engajada. Para o autor:

o importante na colaboração não é "motivar" ou "atribuir poder (empoderar)" às pessoas na unidade, pois (...) tais ações apenas reforçam a autoridade do gerente. Trata-se, pelo contrário, de ajudá-las, e a outros fora da unidade, a trabalharem em equipe. (...) No estilo "envolvente" de gestão (...), o gerente se engaja para que outros se envolvam, (...). Existe uma ideia de respeito, confiança, carinho e inspiração, para não falar em atenção (MINTZBERG, 2010, p.217).

Para Mintzberg (2010), gerenciar significa trazer à tona a energia positiva que existe naturalmente dentro das pessoas. Assim, a gestão tem que propiciar envolvimento, segurança e confiança. Os gestores são importantíssimos na ação de ajudar os membros da equipe a também serem importantes, engajados, conquistando espaço para tomarem iniciativas cada vez mais significativas.

3.1 1ª Etapa – Definição de ações para o núcleo gestor conduzir de forma mais segura e fundamentada a integração curricular na escola.

Esta etapa da Proposta de Intervenção tem como principal objetivo redefinir as atribuições da equipe gestora e organizar o seu trabalho na escola. Dessa forma, são propostas duas ações: distribuição de funções administrativas e pedagógicas; instituição de uma agenda mensal de reuniões da equipe gestora com as demais equipes da escola. A seguir, apresentaremos como será desenvolvida cada uma dessas ações.

3.1.1 Ação 1: Distribuição de funções administrativas e pedagógicas

A ação consiste em redefinir as atribuições da equipe gestora: diretor, coordenadores escolares e assessor financeiro. Essa ação será desenvolvida apenas entre o núcleo gestor da escola. O objetivo é que haja uma melhor organização do

trabalho entre eles, otimizando o tempo, distribuindo melhor as atribuições e responsabilidades de cada um.

A intenção é que, a partir da redefinição dos papéis de cada membro dessa equipe, a gestão da escola possa atuar de forma mais precisa na dimensão pedagógica. Com isso, o diretor terá a responsabilidade de liderar todas as dimensões da gestão. Os coordenadores escolares assumem a co-liderança e o assessor administrativo-financeiro (profissional recém-agregado à equipe escolar de todas as unidades da rede estadual de ensino, de acordo com o que dispõe o decreto nº 31.221, de 03 de junho de 2013) assume a coordenação administrativo-financeira, em parceria com o diretor da escola. Vale salientar que o diretor só terá condições de liderar a gestão da escola, se organizar, primeiramente, o trabalho dos membros da equipe gestora.

No que se refere à dimensão administrativa, consideramos, com base em Lück (2009), que esta é condição para a qualidade da gestão pedagógica da educação. A autora destaca como indicadores de qualidade dessa dimensão: “a utilização adequada das instalações e equipamentos; a preservação do patrimônio escolar; a interação escola/comunidade e a captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros” (LÜCK, 2009, p. 107). Desse modo, o assessor administrativo-financeiro é responsável, sob a liderança do diretor, pela gestão administrativa, como a utilização adequada das instalações e equipamentos; a preservação do patrimônio escolar; a interação escola/comunidade e a captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros.

Quadro 9: Proposta de redefinição dos papéis da equipe gestora

<u>EQUIPE GESTORA</u> <u>Diretor:</u> • Liderança na gestão da escola, atuando na articulação e integração das diversas dimensões de gestão da escola, com foco na gestão pedagógica. <u>Coordenadores Escolares:</u> • Coordenador Escolar 1: gestão da ação e integração curricular, desempenho acadêmico da área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias com a área técnica. Acompanhamento dos projetos de leitura e formação acadêmica.
--

- **Coordenador Escolar 2:** gestão da ação e integração curricular, do desempenho acadêmico, da área de Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias com a área técnica. Acompanhamento do projeto Diretor de Turma.
- **Coordenador Escolar 3:** gestão do estágio supervisionado (acompanhamento dos orientadores de estágio, da frequência, do convênios com os concedentes, dos termos de compromisso, dos contratos e aditivos, das apólices de seguro e de todos os documentos e comunicações necessárias para o bom desenvolvimento do estágio). Acompanhamento da área técnica e gestão da integração curricular. É importante ressaltar que todas essas atividades terão a supervisão do diretor escolar.
- **Assessor administrativo-financeiro:** Responsável pela utilização adequada das instalações e equipamentos; preservação do patrimônio escolar; interação escola/comunidade e captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros.

Fonte: A própria autora

É mister salientar que a redistribuição sugerida acima, além de ser registrada no Projeto Político Pedagógico da escola, para ser efetivada, precisa do envolvimento e trabalho por parte de todos. Sendo assim, propõe-se a instituição de uma agenda mensal de reuniões que considere a agenda de trabalho interna da equipe gestora e desta com as demais equipes. Na próxima ação, essas reuniões serão apresentadas em maiores detalhes.

3.1.2 Ação 2: Rotina de agenda mensal

A ação consiste em instituir uma agenda mensal de reuniões com as equipes da escola: membros da equipe gestora, professores diretores de turma, professores dos cursos técnicos, professores por área de conhecimento, com todos os docentes, líderes de sala e conselho escolar. Essa ação tem como objetivo, além de atender à redefinição de atribuições da equipe gestora, buscar uma unidade e, nesse caso especificamente, um alinhamento das ações com a participação, colaboração e integração de toda equipe escolar com a finalidade de uma integração curricular na escola.

De responsabilidade da equipe gestora, a ação será desenvolvida através da realização de reuniões com a presença e liderança do diretor e sob a co-liderança do coordenador escolar responsável pela área de conhecimento, quando for o caso. Para tanto, é proposta a agenda mensal de reuniões:

Quadro 10: Proposta de agenda mensal na escola

SEMANA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
1ª semana	Reunião interna da equipe gestora	Planejamento da área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias e área técnica	Planejamento da área de Ciências Humanas e suas tecnologias e área técnica	Planejamento da área de Ciências Naturais, Matemática e suas tecnologias e área técnica	Reunião com os professores diretores de turma
2ª semana	Reunião interna da equipe gestora	Planejamento da área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias e área técnica	Planejamento da área de Ciências Humanas e suas tecnologias e área técnica	Planejamento da área de Ciências Naturais, Matemática e suas tecnologias e área técnica	Reunião com os servidores em dois momentos: 1º apoio (limpeza, portaria) 2º Administrativo (secretaria e biblioteca)
3ª semana	Reunião interna da equipe gestora	Planejamento da área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias e área técnica	Planejamento da área de Ciências Humanas e suas tecnologias e área técnica	Planejamento da área de Ciências Naturais, Matemática e suas tecnologias e área técnica	* Reunião com os membros do Conselho escolar * Reunião com os membros do grêmio estudantil
4ª semana	Reunião interna da equipe	*Planejamento da área de Linguagens e Códigos e	Planejamento da área de Ciências Humanas e	Planejamento da área de Ciências Naturais,	* Reunião com os orientadores de estágio e professores

	gestora	suas tecnologias e área técnica * Reunião de alinhamento pedagógico com todas as áreas de ensino (noite)	suas tecnologias e área técnica	Matemática e suas tecnologias e área técnica	da área técnica.
--	---------	---	---------------------------------	--	------------------

Fonte: Elaborado pela própria autora

A reunião semanal interna com os membros da equipe gestora tem o objetivo de alinhar e organizar o trabalho de seus membros para que estes possam atuar com as demais equipes da escola de forma a constituir uma unidade na escola. Essa reunião tratará das ações a serem desenvolvidas pelos membros da equipe gestora de acordo com a divisão estabelecida na ação anterior. Em um segundo momento, essa reunião também abordará as questões de natureza administrativa dos recursos financeiros. Nela serão discutidas ações organizacionais, utilização dos recursos e procedimentos administrativos, bem como será feito o levantamento das necessidades de aquisição de material, levando em consideração o planejamento dos professores e o consumo de material dos funcionários e alunos da escola.

As reuniões de planejamento por área de conhecimento terão a participação do diretor, do coordenador escolar responsável pela área e dos professores da respectiva área de conhecimento. Essa reunião acontecerá às terças-feiras para a área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias, às quartas-feiras para a área de Ciências Humanas e suas tecnologias e às quintas-feiras para a área de Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Em todas as áreas, deverá haver representação de professores da base técnica. O encontro terá a duração de 8 horas e se constituirá de duas partes. Na primeira parte, com duração de 4 horas, o diretor e o coordenador escolar realizarão estudos e discussões sobre o currículo da escola com ênfase na prática pedagógica e integração. Na segunda parte, com duração de 4 horas, os professores realizarão o planejamento das aulas da semana, sob a supervisão do coordenador escolar. Vale ressaltar que os professores dispõem de treze horas semanais de planejamento. Sendo assim, as 5 horas restantes do horário de planejamento serão destinadas a estudos individuais e conversas individuais, caso necessário, com a equipe gestora. Vale ressaltar que em cada dia é

o encontro de uma área de conhecimento diferente, sendo que cada coordenador tem sua área específica de acompanhamento. Já o diretor reveza-se por área, acompanhando, em cada semana, 4 horas de uma área diferente.

A reunião mensal com todos os professores, que trará temas referentes à dinâmica da escola como um todo, com foco na sala de aula, acontecerá no turno noturno, com a duração de 4 horas. Será uma reunião de alinhamento com o objetivo de rever ou reafirmar acordos da rotina escolar, alinhar as discussões dos horários de planejamento e encaminhar demandas referentes ao período mensal.

A equipe gestora realizará mensalmente reuniões com o grêmio estudantil e com o conselho escolar. **A reunião com o grêmio estudantil** tem o objetivo de discutir, principalmente, o rendimento e o desempenho de cada turma, bem como alinhar o encaminhamento desses assuntos a fim de constituir uma unidade de ações na escola. A conversa com os alunos serve de termômetro para avaliar a integração curricular. Já **a reunião mensal com o conselho escolar** tem como objetivo discutir e deliberar assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros que emergiram nas reuniões com as diversas equipes da escola.

A reunião pedagógica da equipe gestora com os professores diretores de turma tratará do desempenho acadêmico e do protagonismo juvenil de cada turma. Além disso, serão analisados, através dos dados do dossiê da turma, eventuais problemas coletivos de cada turma, bem como problemas individuais.

A reunião mensal com os orientadores de estágio e equipe técnica contará com a participação do coordenador escolar responsável pelos estágios, assim como o coordenador do curso de Informática, o coordenador do curso de Enfermagem, os professores das disciplinas técnicas e orientadores. O momento será utilizado para analisar o desenvolvimento de cada curso, considerando as especificidades e a integração curricular com as demais disciplinas e áreas. Também serão postas as dificuldades e traçadas estratégias para superá-las, caso haja.

Também serão realizadas, mensalmente, **reuniões com os membros da secretaria e biblioteca**, assim como também com a **equipe de apoio**. Com a secretaria, serão vistos todos os registros escolares, frequências, notas, transferências, sistemas atualizados, livros de ponto, arquivo, armazenamento e arquivo de informações, ofícios e circulares. Vale lembrar que, embora se proponha uma reunião mensal, faz-se necessário um acompanhamento constante, sendo a secretária escolar a responsável direta por esse contato com o gestor. Com os

membros da biblioteca, são vistos o aproveitamento dos espaços pedagógicos e o desenvolvimento de projetos. Com o apoio, deve-se trabalhar sempre a autoestima, mostrando a relevância do seu trabalho para que a escola tenha uma aparência atrativa e saudável e possa acolher bem os alunos. Nesse momento também serão feitos os ajustes que forem necessários.

3.2 2ª Etapa – Definição de ações junto aos professores para que eles possam planejar e desenvolver a integração curricular.

Nesta seção ocorrerá a expansão da ação para os professores. Esta etapa da Proposta de Intervenção tem como principal objetivo organizar o trabalho da equipe gestora junto aos professores a fim de auxiliar a atuação docente.

O objetivo é desenvolver estratégias que permitam planejar, organizar e desenvolver o currículo e o ensino de forma integrada, discutindo e executando ações para isso de forma democrática, através da participação da comunidade escolar. A ação tem como sujeitos a equipe gestora, os professores e os membros do conselho escolar.

A equipe gestora é a responsável pela ação na medida em que esta será desenvolvida nas reuniões de planejamento dos professores, nas reuniões com todos os professores e nas reuniões com os membros do conselho escolar. Nessas reuniões com os membros do conselho escolar e com todos os professores, primeiramente, serão discutidos: a missão, os objetivos e os valores da instituição, assim como o documento base da criação das EEEP's que deixa clara a necessidade de uma integração curricular entre as disciplinas do núcleo comum e as disciplinas do eixo técnico. A partir de então, os professores de cada área de conhecimento, nas reuniões de planejamento, sob a orientação do coordenador escolar responsável, construirão o currículo e planejarão o ensino alinhado às demais áreas de conhecimento.

3.2.1 Ação 1: Planejamento de mecanismos de integração curricular entre os professores.

O núcleo gestor, com a coordenação, deve elencar determinadas temáticas da grade curricular para serem trabalhadas em conjunto e apresentar aos

professores. Essas temáticas devem circular em todos os cursos que vão exigir aquele conteúdo. É importante permitir que os professores discutam e cheguem a um acordo, expondo as ações de integração para que eles possam expor suas opiniões e, a partir do diálogo, realizar possíveis alterações com a orientação do núcleo gestor.

Elencamos, abaixo, conteúdos que podem ser trabalhados em cada disciplina para que haja integração com as disciplinas técnicas.

Quadro 11: Proposta de Integração Curricular para o Curso de Enfermagem

ANO	DISCIPLINA CONTRIBUTIVA	CONTEÚDOS
1º ANO	Biologia	Ambiente e Saúde; Microbiologia; Anatomia e Fisiologia
	Química	Bomba de Sódio e Potássio; Concentração de soluções e diluição de medicamentos; Osmolaridade: absorção de medicamentos.
	Física	Unidades de medidas e transformações (mililitros em gotas e minutos em horas); Velocidade e gotejamento (gotas por minutos e mililitros por horas.) Postura e marcha
2º ANO	Biologia	Continuação de anatomia e fisiologia: Sistemas e Patologias; Genética, Sistema ABO de grupos sanguíneos e Fator Rh

	História	Momentos Históricos da Saúde: Guerra da Criméia: “Florence Nightingale”; - Reforma Sanitária: Revolta da Vacina... - Constituição de 1988: Criação do Sistema de Único de Saúde Greves, sindicalização.
	Física	Velocidade ; Força e massa; Vácuo; Cinemática; Choque.
	Matemática	Regra de 3; Transformação de unidades: gramas, quilogramas, miligramas, litros, mililitros,, horas e minutos.
3º ANO	Biologia	Sistema ABO de grupos sanguíneos e fator Rh; Imunologia
	Química	Revisão de osmolaridade e concentração;
	Física	Atrito; Revisão de vácuo e pressão;

Fonte: Elaborado pela própria autora

Quadro 12: Proposta de Integração Curricular para o Curso de Informática

ANO		DISCIPLINA CONTRIBUTIVA	CONTEÚDOS
1º ANO	Disciplina: Lógica de Programação	Matemática.	Lógica de Conjuntos; Sistemas numéricos; Conversão de Unidades; Interpretação de gráficos e tabelas; Tabela

			verdade e matrizes; Potenciação e Radiciação
	Disciplina: Arquitetura e Manutenção de Computadores	Física	Fundamentos de Corrente Contínua e Alternada; Tensão; Amperagem; Campo magnético; Resistência e Potência elétrica; Capacitância
2º ANO	Disciplina: Administração de redes e Sistemas operacionais.	Inglês	Glossários com palavras chaves da disciplina; Interpretação de texto
	Disciplina: Banco de Dados	Matemática.	Lógica de Conjuntos; Interpretação de gráficos e tabela
	Disciplina: Meios de Comunicação de Dados	Física.	Ondas, frequência, espectro
	Disciplina: Montagem e instalação de Sistemas Informáticos	Física	Fundamentos de Corrente Contínua e Alternada; Tensão; Corrente; Campo magnético; Resistência e Potência elétrica; Capacitância
3º ANO	Disciplina: Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.	Português.	Concordância; Interpretação de texto; Produção de texto para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC; Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fonte: Elaborado pela própria autora

3.2.2 Ação 2: Instituição de formação colaborativa

No que tange à formação com os professores, destacamos alguns procedimentos e técnicas que, de acordo com Libâneo (2008), podem contribuir para potencializar a atuação docente na sala de aula e ajudam no trabalho escolar, especialmente, no que se refere à coordenação pedagógica. São eles: planejamento e elaboração de projetos; reuniões de professores; entrevistas individuais; observação de aulas; formação continuada; seminários e conselhos de classe. A recomendação é que a equipe gestora faça uso dos procedimentos e técnicas citados na formação com os professores, bem como nas reuniões com as demais equipes da escola.

Essa etapa da Proposta de Intervenção tem como principal objetivo promover formação colaborativa com os professores da escola. As ações propostas na seção anterior já possibilitam uma formação continuada aos professores dentro do próprio contexto escolar. Porém, formalizaremos, como espaço de formação dos professores, a parte das reuniões de planejamento destinada a estudos e discussões. Isso significa que as 4 horas semanais do horário de planejamento destinadas a estudos e discussões será considerada como um espaço formal de integração curricular a ser promovida pela equipe gestora da escola, ou seja, das treze horas para estudo e planejamento a que tem direito cada professor da Base Nacional Comum, quatro serão dedicadas para integração curricular. Já os professores da área técnica terão de 1 a 3 horas, dependendo da carga horária de cada um.

A ideia é trabalhar nesses encontros as propostas apresentadas na seção anterior e promover um espaço de aprendizagem, em que os professores compartilham conteúdos uns com os outros com vistas à integração das disciplinas. Para que esse momento aconteça com eficiência, é necessário um arranjo na carga horária. O coordenador escolar ficará responsável pela elaboração do horário de maneira que, em cada estudo das áreas do conhecimento os professores da área técnica tenham um horário livre para estudarem e planejarem juntos. Este horário ficaria organizado da seguinte forma: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias na terça-feira, Ciências Humanas e suas Tecnologias na quarta-feira e Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias na quinta-feira. Vale lembrar que, quando entrevistados, os professores da área técnica atribuíram à incompatibilidade dos horários como uma das causas da integração curricular não acontecer com maior desenvoltura.

3.2.3 Ação 3 Avaliação e monitoramento da Proposta de Intervenção

Para o acompanhamento do cumprimento de cada uma das ações desta Proposta de Intervenção, propomos o seu monitoramento, de modo que, a cada mês, a equipe gestora, liderada pelo diretor, verifique, através da análise do Projeto Político Pedagógico da escola, das atas das reuniões propostas na agenda mensal, do horário de aulas dos alunos e dos planos de ensino, se as ações estão sendo realizadas e quais ajustes se fazem necessários.

Além disso, a eficácia da Proposta de Intervenção será avaliada continuamente, através da observação e do convívio com os professores nas formações por área de estudo, semanalmente, e planejamento geral, mensalmente, tendo como responsável a equipe gestora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Ação Educacional, nos três capítulos que o compõem, tratou de descrever, analisar e fazer proposições para a superação do problema de construção da integração curricular na escola investigada. Para a descrição, contextualizamos a Educação Profissional em âmbito nacional e estadual – Ceará, tendo em vista que a escola investigada trata-se de uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP). Esta faz parte da Rede Estadual do Ceará, criada em 2008, que inaugura o projeto de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que oferecem ensino profissionalizante.

A instituição de ensino investigada foi descrita em suas especificidades, assim como o problema objeto desta pesquisa. O problema foi atestado através da pesquisa *in loco*, a partir de entrevistas com os coordenadores e professores. Com base na pesquisa, conclui-se que a falta de acompanhamento mais preciso das práticas pedagógicas pela equipe gestora, somada à falta de estudo sobre o assunto e à ausência de práticas pedagógicas mais eficazes por parte dos professores, são elementos que podem ter contribuído para a existência do problema.

Foi realizada, durante a pesquisa, a análise dos dados das entrevistas com os sujeitos, cotejando-as com as ideias de autores que pesquisam sobre os temas da gestão escolar, currículo e integração curricular. Dessa análise, chegamos às sugestões para a superação do problema. Assim, é necessária uma reorganização das atribuições da equipe gestora para que esta atue de forma mais precisa na gestão pedagógica da escola. A equipe gestora precisa desenvolver ações que integrem o corpo docente, na perspectiva de um desejo coletivo da integração curricular. Necessita, ainda, desenvolver ações que auxiliem o professor na sua atuação docente. Para isso, destacamos a promoção de encontros coletivos semanais por área e de encontros gerais mensalmente.

Nessa perspectiva, o terceiro capítulo vem propor ações que possam contribuir para a superação do problema das dificuldades da integração curricular na EEEP Rodrigues Braz. Vale ressaltar que este estudo traz contribuições para além da superação do problema. As análises e as ações propostas consideram a organização do trabalho da equipe gestora e a sua atuação junto aos professores das diversas disciplinas, para que haja uma maior integração não só curricular, mas,

consequentemente, no relacionamento da equipe. Desse modo, essas análises e proposições são importantes para a escola como um todo, já que tratam da organização da gestão da escola para que esta possa atuar de forma mais efetiva na ação docente.

No entanto, precisamos considerar que a proposta apresentada, assim como qualquer política de implementação, gera resistências e conflitos por parte dos sujeitos envolvidos. Para que a proposta se efetive, os sujeitos precisam legitimá-la e fazer com que ela ganhe força na escola. Com a reorganização do trabalho da equipe gestora e a definição do papel da gestão escolar na formação e no auxílio à atuação docente, com o acompanhamento mais preciso da gestão da escola junto aos professores, serão possibilitadas práticas pedagógicas mais efetivas para a aprendizagem dos alunos. Porém, mesmo considerando que a escola dispõe de autonomia relativa para construir o seu currículo, sem uma unidade, não há como fazê-lo. Sendo assim, nas ações que tratam do currículo, a escola precisa buscar os alinhamentos, fazendo os ajustes possíveis para atender às necessidades do seu alunado.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W & BEANE, J. A (orgs.). **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BEANE, J. A. **Integração curricular**: a concepção do núcleo da educação democrática. Lisboa: Didáctica, 1997.

_____. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.2, pp. 91-110, Jul/Dez 2003 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org 91 Integração curricular: a essência de uma escola democrática. National-Louis University Milwaukee, USA. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/beane.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2013

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1997a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 de abril de 2013

_____. Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1997b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em : 12 de abril de 2013

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 12 de abril de 2013.

_____. BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/proen/images/Downloads/Legislacao/2012/resolucao6_2012.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica**. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/decreto-6094.html>. Acesso em: 13 dezembro 2013.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado**. Brasília, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em: 13 de dezembro 2013.

_____. MEC. SETEC. **Educação Profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio** – Documento Base. Brasília, 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro 2013.

_____. **Brasil Profissionalizado.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16355&Itemid=1011. Acesso em: 12 de abril de 2013.

_____. **Catálogo Nacional de cursos.** Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_informacao_comunicacao/t_rede_computadores.php. Acesso em: 12 de abril de 2013.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Brasília, DF.2010. Disponível em:<<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 de ago. de 2012.

CASTRO, C. M. Os pobres nos cursos técnicos. Disponível em: http://www.cmconsultoria.com.br/novo/iframe/ver_artigo.php?fonte=cm-news&codigo=4969. Acesso em: 15 de fev. de 2014.

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Org) **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração** – 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010.

CEARÁ. Lei nº 14.273 de 19 de dezembro de 2008. **Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação e dá outras providências.** Fortaleza, 2008. Disponível em:<<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14273.htm>>. Acesso em: 28 janeiro 2012.

_____. Portaria nº 1.033/2012 – GAB. **Estabelece as normas para matrícula de alunos nas escolas públicas estaduais para o ano de 2013 e dá outras providências.** Fortaleza, 2012a. Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20121210/do20121210p01.pdf#page=35>>. Acesso em: 28 janeiro 2012.

_____. Decreto nº30.865, de 03 de abril de 2012. **Regulamenta os artigos2º e 3º da Lei 14.273, de 19 de dezembro de 2008, Dispondo sobre a estrutura organizacional, a constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, e dá outras providências.** Fortaleza, 2012b. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/images/Decreto_Escola_Profissional-DOE_04.04.2012-cad1-p1.pdf>. Acesso em: 28 de jan. 2012.

_____. Decreto nº 31.221 de 03 de junho de 2013. **Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a distribuição e denominação dos cargos de direção e assessoramento da Secretaria de educação.** Fortaleza, 2013. Disponível em:

<imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20130606/do20130606p01.pdf#page01>. Acesso em: 29 novembro 2013

_____. ADECE. **Relatório de Produções Econômicas e Arranjos Locais**. 2010.

_____. SEDUC. **Projeto Político Pedagógico das Escolas Estaduais de Educação Profissional**. 2010.

_____. SEDUC. **Regimento Escolar das Escolas Estaduais de Educação Profissional**. 2011.

_____. SEDUC. **Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (2008-2010)**. 2008.

_____. SEDUC. **Matrizes Curriculares das Escolas Estaduais de Educação Profissional**. 2012

COLOMBO, I. **Brasil Profissionalizado: um programa que sistematiza na prática a Educação Profissional e tecnológica**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf>. Acesso em: 03 janeiro 2012.

EEEP RODRIGUES BRAZ. **Projeto Político Pedagógico**. 2008.

_____. **Composição dos Departamentos e Serviços que Compõem à EEEP Rodrigues Braz**. 2009.

_____. **Plano de Curso de Biologia**. 2012.

_____. **Plano de Curso de Inglês**. 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005

KUENZER, A.Z.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: pressupostos para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./jun. 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOPES, A. R. C. **Parâmetros curriculares para o ensino médio: quando a integração perde seu potencial crítico**. In: LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LÜCK, H. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

MINTZBERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NEVES, L. M. W. . Ensino Médio, Ensino Técnico e Educação Profissional, delimitando campos. In: NEVES, Lúcia maria Wanderley (Org.). **Educação e Política no limiar do século XXI**. 2ª .ed.Campinas: Autores Associados, 2008, v. 01, p. 183-200.

_____. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PACHECO, E. **Bases para uma política nacional de EPT**. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec > Acesso em: 12 out. 2013.

POLON, T. L. P. BONAMINO, A. M. C. **Identificação de perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica em escolas eficazes**. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, 2011, São Paulo, SP. Cdrom 2011 (on-line). Disponível: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0521.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2013.

SALVADORI, A. MANCINI, M. I. Políticas de expansão da Educação Profissional: o caso do centro de excelência em Educação Profissional. **Dissertação**. Programa de Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, 2007. 138 pág.

SEDUC. **Educação Profissional**. Disponível em: http://www.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=260. Acesso em: 28 janeiro 2012.

SEDUC. **Referenciais para a oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional da rede estadual de ensino do Ceará**. Fortaleza: SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2010.

SOUZA, J. S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

TORRES SANTOMÉ, J. **Globalização e interdisciplinaridade – o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Acessado em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2003/07/27/550564/os-pobres-nos-cursos-tecnicos.pdf> Claudio de Moura e Castro. Acesso em 28 de janeiro 2013.

APÊNDICE I

APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Iniciei minha experiência na área de Educação Profissional em 2008, quando passei a integrar o quadro da Escola Estadual de Educação Profissional Rodrigues Braz na função de coordenadora pedagógica. Foi um momento desafiador pelo desconhecimento e ausência de informações e embasamento para dar início a um projeto totalmente novo. Era o momento da implementação de um projeto do Ensino Médio integrado à Educação Profissional e em tempo integral em 25 escolas do estado do Ceará, sendo a EEEP Rodrigues Braz uma dessas escolas.

Desde o início, o grande problema da escola era trabalhar perspectivas metodológicas de currículos distintos de uma forma integrada. Fazer as disciplinas técnicas conversarem com as disciplinas comuns integrantes do currículo regular e, ainda, valorizar as habilidades humanísticas, o desenvolvimento da ética e da cidadania. Tudo passou a ser como um quebra-cabeças. Não sabíamos, tampouco conseguíamos identificar o real objetivo da escola.

Em abril de 2011, assumi a gestão da escola. A despeito do fato de algumas turmas já terem concluído seus cursos, até hoje não conseguimos nos alinhar e construir uma integração curricular que atenda a todos os desafios apresentados. Devemos preparar os alunos para assumir logo uma profissão como técnicos? Devemos investir na função acadêmica e no ingresso dos alunos na universidade? Devemos unificar essas duas funções?

Dessa forma, como gestora de uma escola de Ensino Médio integrado a Educação Profissional, considero relevante tratar do tema que ainda apresenta desafios: a falta de integração entre os currículos do ensino regular e do ensino técnico, sendo necessária uma proposta de intervenção para solucionar o problema.

APÊNDICE II



Caro Professor, a sua contribuição será de grande importância ao estudo pretendido. Será garantido o absoluto sigilo.

1. Qual a sua formação inicial completa?
2. Você faz algum curso de pós-graduação?
3. Caso tenha feito, qual (quais) curso (s) foram realizados por você?
4. Qual é o seu regime de trabalho?
5. Há quantos anos você trabalha no campo educacional?
6. Especifique há quanto tempo trabalha como professor.
7. Como ocorre a formação continuada dos professores em sua escola?
8. Você desenvolve algum trabalho que vise à formação integral do educando? Especifique.
9. O que você entende por currículo integrado?
10. Você percebe avanços em sua escola em relação à integração do currículo? Se sim, quais?
11. Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades para a integração das disciplinas da base comum com as de formação profissional?
12. Como ocorre a definição do programa curricular das diferentes disciplinas da base comum? Quem é responsável por definir essa programação? Qual é o norte para a programação disciplinar? O livro didático? O currículo? São utilizados outros instrumentos?
13. Professores das disciplinas da base comum e das disciplinas técnicas fazem planejamento juntos? Com que frequência?
14. Descreva sucintamente as ações pedagógicas da escola para concretização de um currículo integrado.

15. Qual a sua opinião sobre as potencialidades e os limites da integração curricular.

APÊNDICE III



Caro Gestor, a sua contribuição será de grande importância ao estudo pretendido. Será garantido o absoluto sigilo.

1. Qual a sua formação inicial completa?
2. Você faz algum curso de pós-graduação?
3. Caso tenha feito, qual (quais) curso (s) foram realizados por você?
4. Qual é o seu regime de trabalho?
 - a. ☐ DE (Dedicação exclusiva)
 - b. ☐ 40 h
 - c. ☐ 20 h
 - d. ☐ 60 h
5. Há quantos anos trabalha no campo educacional (docência e gestão)?
6. Especifique quanto tempo trabalhou como professor.
7. Especifique quanto tempo trabalha como gestor.
8. Desenvolveu alguma atividade de gestão antes da atual? Se sim, qual?
9. O que você entende por currículo integrado?
10. Você considera que na escola na qual você é gestor as disciplinas da base comum e as disciplinas técnicas já são ministradas de forma a contribuírem efetivamente para a aprendizagem integrada? Se não, a que você atribui essa ausência de articulação?
11. Você percebe avanços em sua escola em relação à integração do currículo? Se sim, quais?
12. Como ocorre a definição do programa curricular das diferentes disciplinas da base comum? Quem é responsável por definir essa programação? Qual é o norte para a

programação disciplinar? O livro didático? O currículo? São utilizados outros instrumentos?

13. Professores das disciplinas da base comum e das disciplinas técnicas fazem planejamento juntos? Com que frequência?
14. Como você identifica o envolvimento dos professores para o desenvolvimento da integração curricular?
15. Descreva sucintamente as ações pedagógicas da escola para concretização de um currículo integrado.
16. Qual a sua opinião sobre as potencialidades e os limites da integração curricular?